Quercus ambiente

Novembro/Dezembro 2008 • Ano 5 • n.º32 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

Não à Energia Nuclear em Portugal

► Páginas 16 e 17

Reserva Natural das Berlengas: um reduto da Natureza

MQ

São cerca de 10 km e 40 minutos que separam o porto de Peniche da Reserva Natural das Berlengas, um reduto da Natureza pouco tocado pela mão humana

► Página 8 e 9

Entrevista a Rui Ferreira dos Santos Sobre economia e gestão ambiental

SV

► Página 4 e 5

Núcleos da Quercus elegem novas direcções

Decorre entre um de Fevereiro e dois de Março de 2009 eleições em todos os núcleos da Quercus.

► Página 3

Má qualidade da água nos rios portugueses

HS

► Página 24 e 25

E você?
É dono
do seu
Banco?

www.montepio.pt

Montepio
Valores que crescem consigo.

Fale connosco e conheça todas as vantagens de ser Cliente Associado.

Edital
Aviso Convocatório

Assembleias de Núcleo Eleitorais

De acordo com os estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os sócios constantes como inscritos na área geográfica de cada Núcleo Regional para as respectivas Assembleias de Núcleo Eleitorais, a realizar nas datas e locais abaixo listados, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação e votação de relatório de actividades referente a 2008.

2. Apresentação das contas do Núcleo referentes ao exercício de 2008.

3. Eleição da Direcção de Núcleo.

4. Apresentação e votação de programa de actividades para 2009.

Datas e locais das Assembleias de Núcleo:

Núcleo Regional do Algarve
Data: 7 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Sede do Núcleo Quiosque Largo de São Luís junto ao Estádio São Luís, Faro.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Nélia Alfarrobinha.

Núcleo Regional de Aveiro
Data: 6 de Fevereiro de 2009
Hora: 20:00 horas
Local: Urbanização de Santiago, Bl. 25 – R/C F, em Aveiro.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Leonel Seroto Rocha.

Núcleo Regional de Beja
Data: 11 de Fevereiro de 2009
Hora: 21:30 horas
Local: Rua Afonso Costa, (vulgo Rua das Lojas), nº 62, em Beja.
Assembleia de Núcleo será presidida por: José Paulo Gonçalves Martins.

Núcleo Regional de Braga
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Casa dos Crivos, Rua de S. Marcos, Braga.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ana Cristina Costa.

Núcleo Regional de Bragança
Data: 25 de Fevereiro de 2009
Hora: 17:30 horas
Local: Moinho do Rio Fervença, perto da ponte "além do rio", Bragança.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Artur Gonçalves.

Núcleo Regional de Castelo Branco e Covilhã
Data: 21 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:30 horas
Local: IPJ de Castelo Branco.
Assembleia de Núcleo será presidida por: João Carlos David.

Núcleo Regional de Coimbra
Data: 1 de Fevereiro de 2009
Hora: 21:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Urbanização do Loreto, Lote 8, 5º C, Coimbra.
Assembleia de Núcleo será presidida por: António Luís Campos.

Núcleo Regional da Guarda
Data: 2 de Março de 2009
Hora: 18:30 horas
Local: Central de Camionagem, Guarda.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ricardo Nabais.

Núcleo Regional de Lisboa
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:30 horas
Local: Sede Nacional da Quercus, Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, Lisboa.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ana Cristina Figueiredo.

Núcleo Regional do Litoral Alentejano
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 11:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Moinho Novo da Galiza, Santo André.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Dário Cardador.

Núcleo Regional da Madeira
Data: 6 de Fevereiro de 2009
Hora: 19:00 horas
Local: Centro de Educação Ambiental de Machico, Mercado Municipal, Largo da Praça, Machico.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Idalina Perestrelo Luís.

Núcleo Regional de Portalegre
Data: 12 de Fevereiro de 2009
Hora: 18:00 horas
Local: Escola Secundária São Lourenço, Portalegre.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Nuno Sequeira.

Núcleo Regional do Porto
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Quinta da Gruta, Rua João Maia, 540. Avioso (Sta. Maria), Maia
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ricardo Marques.

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura
Data: 27 de Fevereiro de 2009
Hora: 21:30 horas
Local: Centro de Educação Ambiental de Ourém.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Domingos Patacho.

Núcleo Regional de São Miguel
Data: 4 de Fevereiro de 2009
Hora: 17:30 horas
Local: Rua de São Miguel, 42, Ponta Delgada.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Luís Manuel Barreiro Gomes

Núcleo Regional de Setúbal
Data: 1 de Março de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Rua das Oliveiras, nº47, r/c esq, Setúbal.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Carla Graça.
A Assembleia será precedida de um almoço-convívio, em local ainda a designar.
Os interessados em participar deverão contactar o Núcleo de Setúbal para: setubal@quercus.pt ou 931603256.

Núcleo Regional da Terceira
Os Sócios disponíveis para dinamizar este Núcleo deverão entrar em contacto com a Direcção Nacional da Quercus através dos seguintes contactos: quercus@quercus.pt ou 217788474.

Núcleo Regional de Viana do Castelo
Data: 7 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Rua Infante D. Henrique, 72 - 2º esq. Viana do Castelo
Assembleia de Núcleo será presidida por: Pedro Correia

Núcleo Regional de Vila Real e Viseu
Data: 1 de Março de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Bairro da Araucária, Bloco G, Cave 7, Vila Real.
Assembleia de Núcleo será presidida por: João Branco.

De acordo com o estipulado no ponto 2 do Artigo 19º, a Assembleia reunirá em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 4 de Novembro de 2008

O Presidente da Direcção Nacional
Hélder Spínola

EDITORIAL

Todos aos Núcleos

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

De 1 de Fevereiro a 2 de Março de 2009 (ver convocatória nesta mesma página) decorrem as eleições para as Direcções dos Núcleos Regionais da Quercus. Ao contrário do que sucedia anteriormente, os novos estatutos prevêem que exista sintonia temporal nas eleições e mandatos das várias direcções dos Núcleos Regionais e coincidência com os mandatos de 2 anos dos órgãos nacionais da Associação que são eleitos em Assembleia-Geral.
Este é um momento muito importante onde se deseja uma grande participação de todos os Sócios da Quercus já que os Núcleos Regionais constituem a base da vitalidade da Associação. Interessa reforçar a participação dos Sócios na vida interna e actividades dos Núcleos como forma de garantir uma Associação interventiva e dinâmica ao nível local e regional.
O desempenho dos Núcleos Regionais nas actividades de defesa do ambiente, que têm caracterizado a Quercus ao longo destes 23 anos desde que foi fundada, tem sido notável, garantindo uma total cobertura do território nacional e o desenvolvimento de um extenso trabalho ao nível da educação ambiental, conservação da natureza, denúncias de atentados ambientais, participações em discussões públicas, desenvolvimento de projectos, etc.
A sua proximidade aos problemas locais que afectam o ambiente associada ao conhecimento das suas realidades específicas e à proximidade com as populações, possibilitada pelos Núcleos Regionais, conferem à Quercus condições e qualidades ímpares no panorama das Organizações Não Governamentais de Ambiente portuguesas. Permite à Quercus "pensar globalmente e agir localmente" com a vantagem de ser uma Associação que comunica e interage internamente em todos os sentidos, reunindo no Conselho de Representantes a Associação geograficamente descentralizada que somos.
Reforçar este trabalho dos Núcleos Regionais através de um maior envolvimento e participação dos Sócios é uma forma de, reunindo vontades, dar um melhor contributo na defesa do ambiente. Para isso a participação dos Sócios – a SUA participação – é indispensável. Comece por participar nas Assembleias de Núcleo que agora se irão realizar e faça assim da Quercus uma Associação com maior força na defesa do ambiente.

Entrevista

a Rui Ferreira dos Santos

sobre economia e gestão ambiental

"Muito se pode desenvolver sendo aberto ao conhecimento que é exterior ao nosso"

"Rui Ferreira dos Santos possui uma formação clássica em economia e doutoramento em Engenharia do Ambiente. Trabalha em economia ecológica e é Professor Associado no Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa. Integra o ECOMAN – Centro de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente e coordenou e participou em vários projectos de investigação multidisciplinares. Ao Quercus Ambiente deu a conhecer esse percurso, as suas experiências, numa área que se encontra em expansão e permite integrar diferentes conhecimentos na implementação da sustentabilidade."

Sofia Vilarigues

DR

O que o levou à economia ambiental e à gestão ambiental? Poderia falar da sua motivação e alguns aspectos do seu percurso?

Eu terminei a licenciatura em economia em 84 e comecei a interessar-me pelos aspectos ambientais. A economia é uma ciência que se preocupa essencialmente com problemas de afectação de recursos escassos. E, a economia do ambiente, utilizando os conceitos e a metodologia desenvolvidos pela ciência económica, debruça-se precisamente sobre os problemas que decorrem da afectação de recursos naturais. Na altura em que terminei o curso, esta era uma área em grande desenvolvimento e de que havia ainda muito pouca divulgação em Portugal. Surgiu então a oportunidade de vir trabalhar para o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT/UNL. Foi uma oportunidade fantástica para começar a trabalhar nesta área. Na altura, no departamento, não havia sequer uma disciplina de economia do ambiente, e fiz muita força para começar a ser leccionada uma disciplina nesta área. Este foi o primeiro curso de engenharia do ambiente em Portugal que teve uma disciplina de economia do ambiente.

Havia aqui um domínio imenso por explorar, um conjunto de áreas relacionadas com a economia do ambiente, enquanto disciplina de economia. Havia por um lado, a área da gestão ambiental e, por outro, a área da economia ecológica.

Qual a diferença entre economia ecológica e economia do ambiente?

A economia do ambiente é uma área em que foi desenvolvida a ciência económica para abordar os problemas ambientais, portanto é uma abordagem da ciência económica. A economia ecológica pretende ser uma abordagem interdisciplinar. É uma abordagem dos problemas ambientais em que se considera que a abordagem económica é relevante mas que não permite todas as respostas, que é preciso ter uma abordagem mais interdisciplinar, em que se junte o contributo de outras ciências sociais e naturais.

Foi muito engraçado porque, tendo começado o percurso na minha pele de economista, economista que vem trazer algo de novo para a abordagem dos problemas ambientais, acabei por eu próprio também ser catequizado, e achar que esta abordagem da economia de facto faz sentido vista numa perspectiva mais integrada, uma perspectiva

mais interdisciplinar. Foi esta a evolução do meu percurso.

Poderia destacar dois ou três projectos do Centro de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente (ECOMAN)?

Há projectos que são muito marcantes por serem os primeiros, não por serem particularmente importantes do ponto de vista científico. Nós nunca nos esquecemos dos primeiros projectos que aprovámos junto da agora Fundação para a Ciência e Tecnologia, na altura JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Conseguimos então aprovar dois projectos. Um deles que veio dar origem à área do meu doutoramento, os mercados de direitos transaccionáveis. E um outro projecto na área da avaliação ambiental. Foram importantes para nós por serem os primeiros a serem aprovados e nos permitirem começar a ter pessoas a trabalhar connosco e a poder ir a conferências.

Mas, os projectos mais marcantes em termos científicos, para nós, têm sido claramente os projectos europeus, onde aprendemos muito. Os projectos europeus têm a vantagem de nos obrigar a participar em redes muito mais alargadas. É curioso ver que a própria evolução da investigação na Europa tem sido no sentido de promover consórcios cada vez mais alargados, projectos com a integração de diversas áreas do conhecimento, com muitos parceiros, de muitos países. Fizemos vários projectos ao longo deste percurso que foram muito interessantes e, neste momento, já temos dois projectos aprovados no Programa Quadro que está agora em curso.

Estamos sobretudo a apostar em duas áreas, que são as áreas onde temos feito trabalho que é mais gratificante em termos científicos, que é a área da biodiversidade e a área da gestão da água, que trabalhamos em duas vertentes. Uma tem a ver com o desenvolvimento de instrumentos de política. Temos estado a explorar a ligação de estratégias de participação do público com o desenvolvimento de instrumentos de política. A outra é a vertente da avaliação ambiental, que vai desde a avaliação do projecto até à avaliação ambiental estratégica, ligando a avaliação biofísica à avaliação económica.

SOFIA VILARIGUES

Que instrumentos inovadores já há no âmbito do desenvolvimento e integração da participação do público e de instrumentos de política? Que projectos se têm desenvolvido nessa área?

Houve dois projectos muito interessantes, em que aprendemos muito: um relativo à gestão de suiniculturas em Montemor-o-Novo, e outro ao estudo do conflito entre a aquacultura e a conservação das lontras no estuário do Sado.

IDALINA PERESTRELO

O primeiro foi um projecto Life Environment. Foi coordenado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Tinha como objectivo geral montar um sistema para a gestão integrada de suiniculturas no concelho. Era um problema que estava a agravar-se no concelho: cada vez mais unidades, cada vez maiores, cada vez mais localizadas em áreas que não eram as adequadas, perto de perímetros urbanos, em zonas de elevada infiltração, etc. O nosso contributo foi orientado para o estudo de instrumentos que pudessem ajudar a resolver o problema. Fizemos um trabalho que começou pela avaliação das práticas dos suinicultores e que passou pelo estudo do que eram as boas práticas em termos ambientais e de bem estar animal para este sector. Organizámos um conjunto de workshops. Numa primeira fase quisemos ter um entendimento comum sobre o problema, na seguinte já estávamos a desenvolver com eles instrumentos que pudessem ajudar a resolvê-lo. Os instrumentos incluíram um rótulo de produção sustentável. Um instrumento voluntário, a que só se candidatava quem estivesse interessado. Havia na altura mais de 100 unidades que se iriam candidatar. O que se tentava com esse rótulo era que só tivessem a ele acesso os suinicultores que cumprissem um conjunto de critérios ambientais, de bem estar animal, económicos e sociais. Os suinicultores não só estavam assim a cumprir a legislação como estavam a ir para além desse cumprimento. Isto é, já se estavam a preparar para o futuro. Pretendia-se que os que aderissem a esse rótulo pudessem beneficiar de haver um valor acrescentado resultante de um produto de qualidade produzido de forma sustentável. E o curioso é que os suinicultores que, no início, tinham muita dificuldade em perceber e que estavam numa posição de dizer "esta coisa do ambiente é sempre uma restrição", passaram a desenvolver connosco os critérios para o rótulo. Criámos também outros instrumentos. Propôs-se alterações ao regulamento municipal para as suiniculturas, um sistema de direitos transaccionáveis entre suinicultores para se pensar num futuro, direitos de produção, de relocalização gradual das actividades. São instrumentos com alguma complexidade, que se chegássemos lá num primeiro dia a propô-los, os suinicultores diriam "isto é uma loucura, nada disso é possível". Mas, ao fim de um trabalho com eles, foi possível desenvolver instrumentos que não só aceitavam como apoiavam. É este tipo de trabalho que estamos muito interessados em fazer.

E o projecto do Sado?

No Sado, há um trabalho que ainda não chegou ao fim, mas que é muito semelhante. Foi integrado num projecto europeu, de estudo dos conflitos entre biodiversidade e actividades económicas. Sobretudo conflitos entre a pesca, aquacultura e vertebrados que se alimentam de peixe. Trata-se de um conflito em crescimento em vários países, em resultado de uma política de ambiente bem sucedida. Muitas destas espécies estavam ameaçadas ou em perigo, houve a imposição de legislação comunitária no sentido da sua protecção e, por via disso, um crescimento populacional significativo. Passaram assim a ser um problema, porque começaram a entrar em conflito com as actividades económicas. O caso prático que foi estudado em Portugal foi o caso das lontras.

O objectivo, numa primeira fase, era avaliar esse conflito. Uma avaliação integrada, ecológica, social e económica. E, numa segunda fase propor formas de o mitigar ou resolver. Mais uma vez, com o contributo das componentes ecológica, económica e social. No caso das lontras do Sado, a avaliação ecológica passou por perceber se as aquaculturas eram afectadas pelas lontras. Foi uma equipa da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, coordenada pela professora Margarida Santos Reis, que fez essa avaliação. Depois, percebeu-se o conflito na sua dimensão social. Foram entrevistados aquacultores e outros agentes do sector para tentar perceber em que medida tinham percepção do conflito. Houve coisas muito curiosas. Quando começámos a juntar a perspectiva ecológica e social, percebemos que havia aquacultores que tinham uma percepção de que o conflito era muito grande e tinham taxas de visitação das lontras baixíssimas, portanto tinham um impacte baixíssimo na sua aquacultura. Havia outros que até tinham uma percepção que o conflito não era assim tão elevado e eram aqueles que tinham uma taxa de visitação maior. Ou seja, nem sempre a percepção do conflito corresponde àquilo que é o conflito propriamente. Daí a importância de ter em conta várias perspectivas. A avaliação económica consistiu em avaliar que tipo de impacte económico estava a haver. Depois, passou-se à fase das soluções. O que fizemos, na nossa componente, foi mais uma vez um conjunto de workshops, em que juntámos vários tipos de stakeholders, de partes interessadas: os aquacultores, a Reserva Natural do Estuário do Sado, o IPIMAR, outras entidades que podiam ter algum peso, a Câmara de Setúbal acompanhou sempre o processo. Num primeiro workshop, apresentámo-nos como facilitadores e definimos um conjunto de regras – como por exemplo que ninguém é excluído deste processo, não há uma solução pré-concebida – que foram aceites por todos. Houve uma apresentação do projecto e discussão de resultados. Num segundo workshop começámos a discutir que tipo de soluções podiam existir. Nós, por exemplo, fizemos uma apresentação sobre diversos tipos de medidas e instrumentos que podiam ser aplicados, como colocação de redes eléctricas à volta dos tanques, deixando um tanque para as lontras, um rótulo de certificação do produto aproveitando o facto de ser produzido numa área natural e havendo uma produção não intensiva e cumprimento de um conjunto de critérios ambientais, de bem estar animal, sociais, etc. Discutimo-los. Fez-se novo workshop para discutir os instrumentos mais promissores. Agora, está-se na fase da aplicação. Portanto, este é todo um processo de interacção entre o desenvolvimento do lado científico e a participação dos stakeholders que vão acompanhando esses desenvolvimentos e que vão contribuindo para esses próprios desenvolvimentos.

Gostaria de acrescentar algo em conclusão?

Esta é uma área com um enorme potencial, que requer um espírito muito aberto, a capacidade de ouvir os outros, os contributos de outras ciências, de aprender com outras experiências e de conseguir fazer a síntese de tudo isto. Eu deixei de ter imensas certezas que tinha, sobretudo a abordagem só económica na minha cabeça e passei a ver os problemas de uma forma muito mais multidimensional. A grande lição que aprendemos nestes anos todos é que muito se pode desenvolver sendo aberto ao conhecimento que é exterior ao nosso.

Os 10 mandamentos das comunicações móveis

Actualmente, nada indica que os telemóveis sejam seguros nem existe uma inequívoca evidência de que são perigosos. No entanto, uma análise de estudos recentes vem firmar cada vez mais a ideia de que os campos electromagnéticos devem ser vistos como potencial risco para a saúde humana e que se deve evitar o excesso de exposição a aparelhos que os impliquem. Em especial risco parecem estar as crianças.

Direcção Nacional da Quercus

JAN ROGER JOHANNESEN

Estimativas de penetração dos campos electromagnéticos de telefones celulares no cérebro mostram que quanto mais novo o indivíduo, maior é a absorção de radiação electromagnética. Isto deve-se em parte à maior permeabilidade da barreira hemato-encefálica em indivíduos de menor idade. No caso de adultos com uso de telemóveis por mais de dez anos, parece haver uma associação entre o aparecimento de alguns tumores e o lado do cérebro que é preferencialmente exposto. No entanto, os estudos epidemiológicos já efectuados vêm mostrar que quaisquer conclusões podem ser prematuras e que é necessário recorrer-se a estudos que acompanhem os indivíduos durante mais tempo.

Em suma, face às evidências pouco conclusivas, a aplicação do princípio da precaução poderá ser o melhor meio de prevenir males maiores. Neste contexto, o Instituto de Cancro da Universidade de Pittsburgh, com base nas conclusões de um painel de especialistas internacionais, vem emitir um conjunto de 10 medidas de precaução que vêm na sequência de diversas sugestões de relatórios nacionais e internacionais. São elas:

❶ Evite que as crianças (com menos de 12 anos) façam uso de telemóveis.

❷ Ao usar o telemóvel afaste-o o mais possível do seu corpo (a amplitude do campo electromagnético é quatro vezes menor a uma distância de 10 cm e cinquenta vezes menos a um metro). Sempre que possível utilize o modo altifalante ou o equipamento de bluetooth.

❸ Evite expor outras pessoas à radiação do seu telemóvel. Tal como no caso do tabaco, a exposição passiva também ocorre com a radiação de telemóveis. Sempre que possível afaste-se de pessoas que estejam a falar ao telemóvel.

❹ Evite a proximidade ao seu telemóvel (principalmente se estiver grávida), quer no seu transporte quer quando o deixa em determinado local.

❺ Se usar o telemóvel junto ao seu corpo, deixe o teclado virado para si.

❻ Quanto maior o tempo de exposição maiores são os riscos: tente comunicar através de chamadas breves. Se a chamada for longa, use o telefone fixo (de fio).

MARTIN LUNDGREEN

❼ Tente repartir o uso do telemóvel pelos dois lados da cabeça e não o aproxime enquanto o interlocutor não atender.

❽ Evite o uso quando o sinal estiver fraco ou quando estiver a andar a grande velocidade: nestes casos, o telemóvel usa a potência máxima ao tentar comunicar com a estação-base.

❾ Tente substituir as chamadas de voz por mensagem em texto.

❿ Ao adquirir um telemóvel escolha um com menor SAR (Taxa de Absorção Específica) possível. Procure mais informação sobre o desempenho dos diversos fabricantes na Internet.

Não obstante a importância que as comunicações móveis hoje assumem, é possível reduzir o risco de exposição aos campos electromagnéticos daí decorrentes. A ausência da prova não é prova da ausência de efeitos nocivos. É aqui que entra em jogo o princípio da precaução. Tente seguir o melhor que puder estes 10 conselhos. Tente também responsabilizar os fabricantes e as operadoras de telefones móveis. É seu dever proporcionar aos seus clientes aparelhos que tenham o menor risco possível de causar danos na saúde.

A ausência da prova não é prova da ausência de efeitos nocivos. É aqui que entra em jogo o princípio da precaução.

Tradução adaptada:
The Case for Precaution in the Use of Cell Phones - Advice from University of Pittsburgh Cancer Institute.
An appeal from 20 international experts assembled around Dr. David Servan-Schreiber in relation to the use of mobile phones.

Esclarecimento aos sócios da ex-presidente da Direcção do Núcleo Regional de Lisboa

Esclarecimento aos Sócios, da Ex-Presidente da Direcção do Núcleo Regional de Lisboa da Quercus, Aline Delgado

No seu número 29, relativo ao período Maio/Junho de 2008, da publicação do Jornal "Quercus Ambiente", a Direcção Nacional da Quercus (DN) fez publicar um "Esclarecimento aos sócios" a que vem a ex-presidente do Núcleo Regional de Lisboa (NRL) exercer o seu direito de resposta, ao abrigo da Lei de Imprensa.

No intróito do referido "Esclarecimento", a DN vem dizer que a ex-presidente do NRL não deixou de recorrer ao "sistema de angariação de fundos em vigor na Quercus" e que apenas iniciou as suas críticas após uma "possível parceria não ter contemplado um dos projectos pelo qual era responsável."

Convém repor toda a verdade.

A ex-presidente recorreu, de facto, ao tal sistema, porque isso era prática corrente, determinada pela DN. E fê-lo porque, na verdade, cabia (e julga-se que ainda continua tal prática) ao angariador de fundos (AF) a tarefa de contactar as entidades patrocinadoras, segundo o seu próprio critério. O angariador tinha os pedidos de financiamento em carteira e fazia-os avançar quando entendia, sem atender às conveniências dos requerentes. Este modelo mereceu críticas "ab initio" da ex-presidente do NRL.

Quanto à "possível parceria", devem os sócios ser esclarecidos que foi conseguido, pela ex-presidente do NRL, um contacto com a CGD que se destinava, exclusivamente, a conseguir fundos para um projecto do NRL e que faria o AF ganhar uma comissão até 10.500€. Não obstante, aproveitando o referido contacto, o AF entendeu dar prioridade a outro projecto da DN da Quercus, de muito maior valor financeiro, que o faria ganhar cerca de 200.000€, marcando a reunião com a CGD para uma data, na qual sabia que a ex-presidente não podia estar presente, e relegando para outra oportunidade o pedido do NRL.

A razão desta atitude vem a DN, ainda que involuntariamente, no seu esclarecimento, explicá-lo. É suficiente ler o modelo de remuneração do angariador de fundos para a perceber.

Acresce que o AF, ao ser confrontado pela ex-presidente com tal comportamento, admitiu a verdade dos factos, dizendo que o projecto do NRL teria que ficar para uma próxima oportunidade.

No que respeita à angariação de fundos.

Já foi muito debatida na lista "QuercusDebate" – que a DN, entretanto, silenciou deliberadamente, por razões que ainda não conseguiu explicar – a questão da angariação de fundos e pouco ou nada foi agora acrescentado no "Esclarecimento" da DN. A não ser que, a DN reconhece, agora, expressamente, que o sistema não estava correcto e que vai ser corrigido. A DN reconhece o seu erro e aceita-o:

"Contudo, estando ciente que este não é o modelo preconizado internacionalmente como 'boas práticas' a Quercus assumiu o compromisso de, logo que possível, procurar garantir as condições financeiras necessárias para que futuros contratos possam respeitar as recomendações da Declaração Internacional de Princípios de Ética em Angariação de Fundos".

O que a DN não aceita – e não se compreende tal posição – é que só depois das dúvidas levantadas pela Direcção do NRL, se tenha decidido prometer a correcção daquele modelo.

E que, para esse efeito, tenha sido criado um grupo de trabalho que, em colaboração com o Conselho de Representantes, estudasse o novo modelo de financiamento, mas que de pouco ou nada serviu. A DN ao esclarecer que o "angariador de fundos demonstrou sempre total disponibilidade para renegociar um novo contrato", não esclareceu que o renegociou, à revelia daquele grupo de trabalho e Conselho de Representantes, que ingénuamente continuavam a debater o novo modelo.

Mais se esclarece que, este "novo" contrato, "com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008" e a vigorar até ao final do mandato desta DN, continua a desrespeitar a Declaração Internacional de Princípios de Ética, trazida à Associação por este grupo de trabalho e que é referida, no "Esclarecimento" da DN como o modelo a seguir.

Na verdade, o actual contrato, renegociado pela DN, é muito similar ao anterior. Baseia-se em comissões, o que é absolutamente contrário ao que vem estipulado na referida declaração!

No que se refere à demissão do NRL.

Também neste capítulo os esclarecimentos ficam pela metade.

Primeiramente, não é explicado que no processo da "demissão" compulsiva (foi esquecido o adjectivo), os "demitidos" nem sequer foram ouvidos, não tendo tido qualquer possibilidade de exercer o contraditório, direito constitucionalmente consagrado.

Ficou manifesto que qualquer sócio que, na defesa dos seus direitos, recorra ao tribunal será imediatamente demitido e qual o procedimento utilizado para esse efeito: "a DN solicitou um parecer à Comissão Arbitral que indicou que a sócia Aline Delgado devia demitir-se ou ser demitida, caso não o fizesse por vontade própria"(!!!). A seguir o Conselho de Representantes acabou "por apoiar as conclusões da CA." Tudo muito democrático…

Mais, foi esclarecido que, por razões que apenas são compreensíveis no âmbito de uma retaliação movida pela DN da Quercus, esta tem um desejo ferrenho de afastar definitivamente a Aline Delgado de qualquer cargo (vide ponto nº 4 da decisão da DN).

Mas não esclarece:

1. porque demitiu toda a direcção do NRL. Na verdade os argumentos que usa para justificar uma decisão tão incorrecta, não colhem. Pois, a direcção do NRL era uma estrutura com elementos suficientes para o seu bom funcionamento. À data da sua destituição funcinava em pleno, com: um Presidente, um Vice – Presidente, um Tesoureiro (em exercício), uma Secretária e um Vogal, com mais quatro vogais suplentes;

2. qual o processo de que se serviu "no sentido de repor a legalidade". Neste sentido, esclarece-se, que a DN, pura e simplesmente, invadiu a sede do NRL. De facto, no dia 24 de Abril de 2008, alegadamente, um elemento da DN (?) acompanhado de quatro testemunhas (?), que a DN ainda não identificou, e sem a presença de qualquer elemento da direcção do NRL, entrou (não se sabe como) nas instalações do NRL, a uma hora a que, sabiam-no, ninguém lá se encontrava, apreendeu os objectos, mesmo os pessoais, que encontrou, e mudou as fechaduras!

Concluindo, como, aliás, se pode verificar no "esclarecimento" da DN, em nenhum momento houve lugar a falsas declarações por parte de qualquer dos membros do NRL. e, pese embora a preocupação por parte da DN de esconder a verdade, deixa reconhecer:

• que não procedeu de acordo com os direitos constitucionalmente consagrados do cidadão;

• que não esconde a retaliação exercida junto da ex-presidente do NRL;

• que tem pudor em falar na sua particular "reposição da legalidade";

• que silenciou a lista "QuercusDebate" porque a incomodava a discussão livre sobre estas questões;

• que preza muito o seu "bom nome", não o querendo ver contestado na praça pública, preferindo guardá-lo ciosamente dentro das suas "muralhas", com os seus regulamentos, talhados para a defesa dos que não querem largar o "poleiro".

Esta publicação é efectuada por efeito de decisão judicial, nos termos e para os efeitos do disposto nos arts. 26º, nº2, alínea c) e nº3 e art. 27º, nº4 da Lei nº2/99, de 13-01.

Nota da Direcção Nacional da Quercus

Sobre este assunto, a Direcção Nacional da Quercus remete para o esclarecimento já prestado no Jornal Quercus Ambiente número 29 (Maio/Junho de 2008) recordando que, em Assembleia-Geral realizada a 21 de Junho de 2008, foi aprovada por larga maioria de associados a expulsão de Aline Delgado, deliberação essa precedida de outra, no mesmo sentido, pelo Conselho de Representantes, no qual têm assento todos os presidente dos Núcleos Regionais.

A Direcção Nacional continuará, como sempre, aberta à discussão de todos e quaisquer assuntos internos, desde que efectuados nos órgãos próprios da Associação, nos quais todos os associados têm o direito e o dever de pronunciar-se.

Direcção Nacional - Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza

Atitudes

Reserva Natural das Berlengas: um reduto da Natureza

MÁRIO QUARESMA

São cerca de 10 km e 40 minutos que separam o porto de Peniche da Reserva Natural das Berlengas (RNB), um reduto da Natureza pouco tocado pela mão humana. "O património único das Berlengas consiste na sua riqueza e beleza naturais", afirma Sandra Moutinho, da RNB.

"A Reserva Natural das Berlengas é considerado por muitos o local ideal para quem procura a tranquilidade e paisagens deslumbrantes."

Ana Margarida Guerreiro

Classificado como Reserva Natural desde 1981, o arquipélago das Berlengas é constituído pela ilha da Berlenga Grande e pelos seus recifes adjacentes, as Estelas e os Farilhões-forcados. São mais de cem as espécies existentes nos 9.560 hectares de área terrestre e marítima que compõem as Berlengas. A explicação para esta variedade é dada por Sandra Moutinho: "Um clima com características típicas de influência atlântica a Norte e mediterrânica a Sul, que se traduzem na coexistência de espécies de fauna e flora habituais em locais com esses dois tipos de clima".

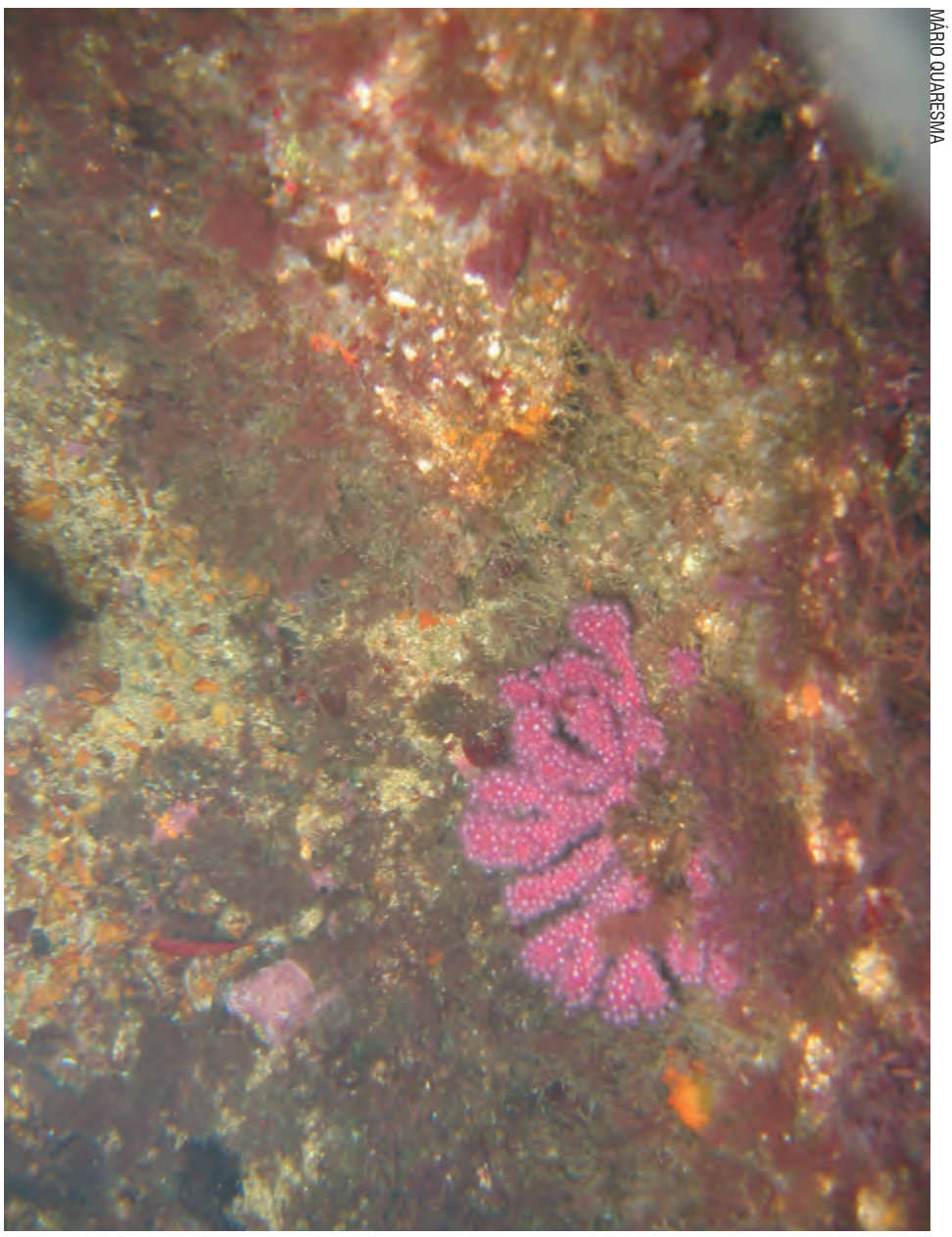
Espécies como o polvo, a estrela-do-mar, o coelho bravo ou a lagartixa-de-Bocage-da-Berlenga, papoilas ou a armeria berlengesis, o arau-comum ou a pardela de bico-amarelo podem ser encontradas em qualquer visita ao arquipélago. Sem esquecer o Airo, símbolo da RNB, que tem vindo a desaparecer. Sandra Moutinho confirma-o "Está quase a desaparecer destas paragens mais a Sul, continuando, no entanto, a existir colónias de milhares de indivíduos desta espécie no Atlântico Norte." A Reserva Natural das Berlengas é um local de concentração e nidificação de várias espécies da avifauna aquática migratória, local de passagem de aves do Atlântico Norte, sendo também por isso uma zona de protecção especial.

O quadro fica completo pela água cristalina, pelo farol, pelo bairro dos pescadores, pela fortaleza de São João Baptista, por pequenos recantos naturais, como a praia do Carreiro do Mosteiro, trilhos pedestres, grutas recônditas, destroços de naufrágios.

Ao contrário do Airo, a presença da gaivota no arquipélago é considerada por alguns uma praga. O aumento da população de gaivotas-argênteas-de-patas-amarelas nas Berlengas já levou a diversas campanhas de destruição de ovos, de modo a atenuar as ameaças que estas aves e os seus excrementos constituem para as outras espécies, causando a degradação do frágil ecossistema da ilha.

Mas são outros os maiores problemas da Reserva Natural das Berlengas. A regulamentacao relativa à pesca, nomeadamente à apanha do percebe na zona, nem sempre é cumprida, o que ameaça o equilibrio das espécies maritimas. "Há a necessidade de reforçar a articulação entre as autoridades com competência para a vigilância e a fiscalização, sobretudo ao nível do controlo

MÁRIO QUARESMA


MÁRIO QUARESMA

das actividade ilegais como a pesca no arquipélago", alerta Sandra Moutinho, da RNB.

Além disso, nos meses em que a sobrecarga de turistas é evidente, surge outro problema: "A ausência de condições em termos de abastecimento de energia, água e tratamento de resíduos, torna-se particularmente grave."

Por ano, a Reserva recebe cerca de 40 mil visitantes. As visitas estão condicionadas a um número máximo de 350 pessoas por

MÁRIO QUARESMA

dia, assim se tenta minimizar os problemas do arquipélago. "Vai-se também notando, pelo comportamento dos visitantes, uma crescente consciencialização relativamente às questões ambientais" afirma Sandra Moutinho.

Trilhos essenciais para conhecer as Berlengas

A Reserva Natural das Berlengas é considerado por muitos o local ideal para quem procura a tranquilidade e paisagens deslumbrantes. O Instituto de Conservação da Natureza, que gere a RNB, aconselha vários percursos pedestres para melhor apreciar o património natural das Berlengas. Um deles, o trilho da Berlenga é visto como de dificuldade média. Com a extensão de 3 km e a duração de 3 horas, neste percurso, sinalizado, os visitantes poderão apreciar o Forte de São João Baptista, o planalto do Farol e visitar as grutas que se escondem pela ilha.

O segundo trilho proposto para melhor apreciar a Reserva Natural das Berlengas é o trilho da Ilha Velha. Com um grau de dificuldade baixo e a extensão de 1,5 km, os visitantes poderão em cerca de hora e meia, passar pelas Buzinas, Pedra Negra e Carreiro dos Cações.

Existe ainda um percurso marítimo com a extensão de 2 km e a duração de 1 hora. De partida do cais da Berlenga, os pontos de interesse são o Carreiro da Inês, Flandres, Forte de S. João Baptista, a Gruta Azul, Furado Grande e a Cova do Sono.

Assim, para uma visita equilibrada às Berlengas, Sandra Moutinho, da RNB, indica a "recolha de informação sobre a área protegida nos serviços locais em Peniche de forma a programar a visita na melhor altura do ano". Recomenda ainda o respeito pela sinalização existente e pelos conselhos dos funcionários da ilha, uso de roupa e calçado confortável, protector solar e ingestão de muita água. "Não se esqueça de trazer de volta o seu lixo. E seguramente, assim, terá um dia bem passado", acrescenta.

Berlengas candidatam-se a Reserva da Biosfera da UNESCO

Existem 531 Reservas da Biosfera em 105 países espalhados pelo mundo. As Reservas da Biosfera são reconhecidas ao abrigo do programa "Homem e a Biosfera" (1970) e visam promover a reconciliação entre a conservação da biodiversidade com o seu uso sustentável, assim se pode ler no sítio da UNESCO. As candidaturas são feitas pelos países-membros da UNESCO e, quando preenchem os critérios, as reservas são reconhecidas internacionalmente. O objectivo é organizar uma rede de áreas protegidas que representam os diferentes ecossistemas do planeta e cujos países proponentes se responsabilizam em manter e desenvolver.

Em Portugal são três os locais que obtiveram a designação dada pela UNESCO como Reservas da Biosfera. Desde 1981 que o Paúl do Boquilobo (perto da Golegã) foi reconhecido. O ano passado também a Ilha do Corvo e a Ilha Graciosa obtiveram a distinção de Reserva da Biosfera da UNESCO. É a vez da Reserva Natural das Berlengas apresentar a sua candidatura, cujo dossier deverá estar pronto em breve.

WORKSHOP

Como salvar o mundo?

Mais informações:
Dia 10 de Janeiro
Quinta da Gruta
http://porto.quercus.pt

Serras de Aire e Candeeiros

Conservação da Gralha-de-bico-vermelho

Foi apresentado, dia 11 de Outubro, o projecto de conservação de conservação da gralha-de--bico-vermelho, uma parceria com a Vodafone Portugal. O objectivo do projecto consiste em conservar a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*) na serra dos Candeeiros, com recurso à manutenção e incremento de áreas de pastagens extensivas para o pastoreio de gado caprino, com condicionamento do encabeçamento, que se traduzam na melhoria do habitat de alimentação da espécie, no aumento do número de casais nidificantes e na permanência da espécie na área fora do período de nidificação. Pretende-se igualmente fomentar actividades económicas que criem dinâmicas de desenvolvimento local ligadas aos produtos tradicionais e ao turismo de natureza. Este projecto tem a duração de cinco anos (2008-2012).

O projecto de "Conservação da Gralha-de-bico-vermelho na Serra dos Candeeiros" foi apresentado pela Quercus no âmbito do programa "Criar Bosques, Conservar a Biodiversidade 2008-2012" tendo merecido o apoio da Vodafone Portugal para execução de uma parceria que durará até 2012.

A escolha da espécie e a proposta de dinamização de acções para a sua conservação num prazo alargado tem que ver com o facto do seu estatuto actual de conservação se incluir na categoria UICN "Em Perigo" e, por isso, requerer medidas activas para inverter o seu declínio no médio longo prazo.

Área de Intervenção

A parte sul da serra dos Candeeiros é o local escolhido para a implementação do projecto e pode descrever-se como uma área predominantemente composta por matos baixos e esparsos. Trata-se de uma área com cerca de 372 hectares, situada em partes da encostas e na cumeada, com altitudes que variam entre os 380 e os 487 metros. Este projecto localiza-se no interior do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e abrange a Zona Especial de Conservação "Serras de Aire e Candeeiros".

Os resultados de diversos estudos realizados permitem concluir que a parte sul da serra dos Candeeiros é um dos três locais de maior importância para a preservação da flora e da vegetação na Área Protegida, podendo aí observar-se comunidades vegetais raras de elevado valor conservacionista, com a presença de vários endemismos lusitanos, ibéricos e ibero-norte-africanos com características paleoclimáticas raras.

Merecem destaque importantes populações de plantas do Anexo II e/ou IV da Directiva 43/93/CEE de *Arabis sadina*, *Iberis procumbens* subsp. *microcarpa*, *Silene longicilia* e *Narcissus calcicola*, bem como a presença de orquídeas espontâneas raras como *Ophrys dyris*. Observamos também um mosaico de habitats naturais e semi-naturais, alguns deles com estatuto de conservação prioritária ao nível da referida Directiva europeia:

o 6110 *Prados rupícolas calcários ou basófilos da *Alysso-Sedion albi*

o 6220 Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (*Festuco-Brometalia*) (*importantes habitats de orquídeas)

o 6230 *Subestepes de gramíneas *Thero-Brachypodietea*

o 8210 Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica

o 8240 *Lajes Calcárias

A gralha-de-bico-vermelho

Esta espécie, frequentadora que é de territórios pouco perturbados pela acção humana e com as características atrás descritas, nidifica no PNSAC exclusivamente em algares, e está fortemente dependente, em termos de alimentação, de invertebrados típicos de sistemas agro-pastoris extensivos. A rarefacção do gado, em especial o caprino, tem contribuído para o declínio acentuado da espécie em todas as áreas de ocorrência no nosso País, fazendo agora parte da lista das espécies com estatuto de "Em Perigo". Na área que escolhemos para intervir na protecção da espécie, num total de 12 algares frequentados ou com potencial para a nidificação, somente 2 estão ocupados. Na última década houve mesmo um recuo de quase 50% no número de casais reprodutores na área em questão. Tendo em conta estes dados e os hábitos da espécie, a aposta do investimento na recuperação da espécie centrar-se-á na melhoria dos habitats de alimentação, fazendo uma aposta clara na promoção do pastoreio de passagem e na criação de condições para que, a longo prazo, se assegure a continuidade do projecto.

Acções previstas

1. 1. Apoio ao pastoreio de passagem, nomeadamente através da criação de um rebanho colectivo com 150 cabras da raça autóctone Serrana (ecotipo ribatejano), instalação de um estábulo colectivo, colaboração/contratualização com pastores locais

Gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*)

2. Acções de corte por meios mecânicos de vegetação arbustiva
3. Recuperação de uma lagoa na serra dos Candeeiros.
4. Celebração de parceria com a Cooperativa de Desenvolvimento Local "Terra Chã" e com outras entidades para criação de condições locais para:
   - Criação de um rebanho comunitário
   - Instalação de estábulo colectivo
   - Certificação de produtos tradicionais, como o cabrito e o queijo
   - Dinamização de acções de animação turística
5. Vigilância dos algares durante a época de nidificação e, possivelmente, de um algar/dormitório na restante época do ano.
6. Dinamização de um programa de sensibilização para as comunidades escolares locais

parceiro

vodafone

Mosaico de habitats na serra dos Candeeiros

Texto José Paulo Martins e Paulo Lucas *Imagens:* Luís Ferreira e Paulo Lucas

Notícias

REDE DE RESERVAS

Micro-reserva do Monte do Outeiro

Nesta área destinada à preservação de *Linaria ricardoi* foi efectuada a sementeira anual desta rara espécie de modo a reforçar a população ainda pequena que está instalada neste local. Decorreram também no último mês duas jornadas de limpeza do leito da ribeira que limita esta área e continuámos o controle de canas *Arundo donax*, espécie exótica que ocupa parte das margens desta linha de água.

Micro-reserva dos Colmeais

Decorreram mais alguns trabalhos de recolha de lixo acumulado ao longo de anos neste local, incluindo centenas de invólucros de cartuchos de caça. Dentro dos objectivos de conservação para esta área, procedemos também à sementeira de *Linaria ricardoi*, de modo a criar aqui uma nova população bem como à sementeira de *Linaria hirta*. As sementes são recolhidas nas imediações da propriedade em populações que estão em regressão nos últimos anos.

Micro-reserva do Cabeço Santo

Continuam a decorrer os trabalhos de recuperação do bosque autóctone no Cabeço Santo – Serra do Caramulo. Ao longo do Verão e neste início de Outono mantivemos os trabalhos de controlo de exóticas, nomeadamente o corte de *Acacia longifolia*. Nas últimas semanas também foram realizadas actividades de recolha de sementes para envio para o viveiro do ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade da Srª. da Graça, na Reserva Natural da Serra da Malcata, o que permitirá dispormos de mais plantas na próxima época de florestação dentro de 1 ano. Nas próximas semanas reiniciaremos também os trabalhos de florestação neste local.

Reserva Biológica do Monte Barata

Estão já a decorrer as sementeiras de várias parcelas de terreno de modo a criar culturas para a fauna, isto no âmbito do projecto de fomento da biodiversidade que está a ser implementado nesta herdade. A partir de Novembro vão também ter início os trabalhos de plantação de novas áreas de montado de azinheiras e sobreiros.

Ribeira do Marmelal

CRIAR BOSQUES

No âmbito da concretização deste projecto têm decorrido em vários pontos do País actividades de recolha de sementes de várias espécies de árvores e arbustos autóctones que serão criados no viveiro do ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade da Srª. da Graça, na Reserva Natural da Serra da Malcata

Nas próximas semanas vão também ter início as actividades de florestação em diversos pontos do País. A concretização deste projecto contou agora com o apoio da empresa **Andreas Stihl S. A.** que nos ofereceu 4 perfuradoras para apoio ao trabalho de florestação.

CONSERVAÇÃO DE ORGANISMOS FLUVIAIS

Estão a decorrer desde início de Outubro os trabalhos de requalificação do espaço do Campelo em Figueiró dos Vinhos com vista à reabilitação dos edifícios e ao restauro dos tanques onde se fará a manutenção e reprodução das populações dos peixes endémicos alvo deste projecto. Esta fase dos trabalhos deverá estar concluída no final do mês de Novembro.

O projecto contou agora com o apoio da empresa **Hanna Instruments Portugal** que nos ofereceu equipamento para análise da qualidade da água e com o apoio da **Kerakoll Portugal S. A.**, empresa de materiais de construção que ofereceu diverso material necessário às obras que decorrem nas instalações do Campelo.

Estação Aquícola de Campelo

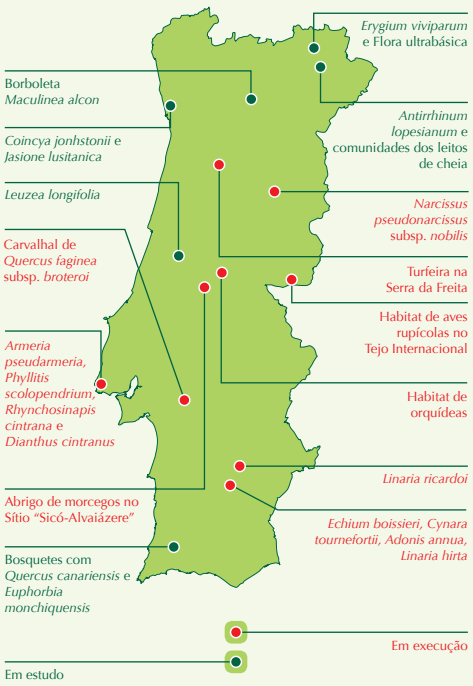
Charcas temporárias

Continuamos a fazer o levantamento dos locais existentes na área do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Contamos agora com a colaboração de alguns investigadores da Universidade do Algarve e esperamos ter notícias dentro em breve relativamente aos locais onde vamos intervir.

Divulgação

A nossa exposição para divulgação dos projectos de conservação da natureza esteve presente nos últimos meses na "Feira Franca" em Avis entre os dias 19 e 21 de Setembro e na "FERPOR" – Feira das Actividades Económicas do Norte Alentejano", que se realizou em Portalegre, entre os dias 2 e 5 de Outubro em Portalegre.

rede de micro-reservas biológicas



Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação. Visite o site da Quercus e dê um salto à e-loja. Surpreenda-se com os produtos que pode adquirir!

http://e-loja.quercus.pt

apoios

KERAKOLL

HANNA instruments

STIHL

texto: José Paulo Martins *Imagens:* Domingos Patacho, Paulo Lucas

Apoie os Projectos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Dados para donativos e informações sobre os projectos: NIB: **003501470004737433010**
Morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA** Telefone **93 778 84 73** e-mail: fcnatureza@quercus.pt

Fundo Quercus Conservação Natureza

EARTH CONDOMINIUM
A NEW JURIDIC CONCEPT FOR THE PLANET

Olimpíadas do Ambiente regressam com novidades para a 14ª edição

Comissão Organizadora das Olimpíadas do Ambiente

A Comissão Organizadora das XIV Olimpíadas do Ambiente (OA) tem o prazer de anunciar o lançamento de mais uma edição do projecto. As OA constituem uma sólida e dinâmica opção, para motivar a efectiva integração dos conceitos e práticas ambientais no ensino formal, nas escolas portuguesas.

Inscrições até 19 de Dezembro.

Esta iniciativa tem uma larga abrangência na comunidade escolar, sendo destinada a alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e a professores de todas as escolas nacionais.

Promovendo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, o projecto pretende que jovens e professores aprofundem o conhecimento sobre a situação ambiental portuguesa e mundial, desenvolvam competências para investigar e resolver problemas ambientais e adoptem comportamentos que protejam o Ambiente.

Mais do que um concurso, as OA pretendem dotar os participantes de conhecimentos que sejam aplicáveis nas práticas do dia-a-dia. Durante as fases do projecto são apreendidos conceitos e adquiridas ferramentas que contribuem para a construção da sustentabilidade local. Os jovens que passam pela experiência são capazes de efectuar escolhas mais conscientes e estender as boas práticas adquiridas a toda a comunidade envolvente.

O projecto, organizado pelo Instituto INTERVIR MAIS da Universidade Católica Portuguesa, Quercus e Zoomarine, é reconhecido pela Presidência da República, que atribui o seu Alto Patrocínio. As diversas edições anteriores envolveram já mais de 325.500 alunos e milhares de professores, entre outros agentes educativos e parceiros.

Assumindo um formato inovador, a 14ª edição da iniciativa pretende despertar cada vez mais o interesse da comunidade escolar, para as questões ambientais. Foram, para isso, desenvolvidas novas modalidades de participação para os alunos, contando ainda com a possibilidade de participação individual dos professores e escolas:

► Ambiente à Prova - À semelhança de anos anteriores, os alunos são desafiados a testar os seus conhecimentos sobre o Ambiente.

► Ambiente e Cidadania - Os Professores são desafiados a apresentar as acções (com reflexo no Ambiente) que idealizaram e promoveram na comunidade escolar.

► Ambiente e Arte - As Escolas são desafiadas a criar, graficamente, o cartaz das XV Olimpíadas do Ambiente (2009-2010).

As inscrições encontram-se abertas e poderão ser efectuadas até ao dia 19 de Dezembro 2008, através da página oficial do projecto www.esb.ucp.pt/olimpiadas

No mesmo endereço electrónico podem ainda ser consultadas todas as informações relativas ao projecto, nomeadamente o regulamento e documentos referentes à edição anterior.

Para mais informações sobre esta iniciativa poderá consultar o site oficial das Olimpíadas do Ambiente www.esb.ucp.pt/olimpiadas.

Quercus alerta

Governo promove Novo Estabelecimento Prisional de Lisboa em Montado de Sobro protegido

Direcção Nacional da Quercus e Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

A Quercus alertou para a insistência do Governo na intenção de executar o Novo Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo em mais de 42 ha de povoamento de sobreiro na charneca ribatejana na Herdade dos Gagos, no concelho de Almeirim.

O actual Governo tem promovido diversos empreendimentos privados a quem reconhece uma utilidade pública inexistente, designadamente mediante a sua classificação como PIN – Projecto de Potencial Interesse Nacional para acelerar a sua aprovação, viabilizando a especulação imobiliária, dado que parte destes projectos são aprovados em áreas classificadas como RAN – Reserva Agrícola Nacional, REN – Reserva Ecológica Nacional ou Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000.

DR

Recentemente, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 118-B/2008, de 29 de Julho, foi aprovada a construção do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo em parcela de terreno com 42ha, a destacar no prédio rústico, designado como Herdade dos Gagos. Este projecto do Ministério da Justiça promove o desordenamento do território, dado que prevê a destruição de povoamento de sobreiro, com mais de 4 mil árvores, a maioria centenárias, num ecossistema único classificado de interesse para a conservação da natureza em REN, sem que tivesse existido um estudo de avaliação de alternativas de localização, conforme exigem as directivas comunitárias, a legislação de Avaliação de Impacte Ambiental e o regime jurídico de protecção ao sobreiro.

Entretanto, está em curso uma proposta para alteração ao PDM de Almeirim prevendo a ocupação de 67,02 para o novo Estabelecimento prisional, num total de 288,6 ha desafectados, situação preocupante e indiciadora da especulação imobiliária promovida pelo Governo.

A avançar este processo estão ameaçados mais de 8000 sobreiros quando existem diversas alternativas que o Ministério da Justiça através do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P. enquanto promotor tem de avaliar.

A Quercus apela ao cumprimento da legislação pelo Ministério da Justiça

A Quercus tem acompanhado desde há vários meses o desenvolvimento deste processo, tendo solicitado uma reunião de esclarecimento ao Ministro da Justiça Alberto Costa no passado dia 13 de Agosto, pedido para o qual não obteve até à data qualquer resposta, situação que lamentamos.

Teleférico no Rabaçal em plena Laurissilva da Madeira...
NÃO Obrigado!

Petição on-line contra a construção do teleférico projectado para a ligação do Paul da Serra ao Rabaçal.
Se discorda desta obra, assine e divulgue a petição.
O endereço é: **HTTP://WWW.PETITIONONLINE.COM/247132/PETITION.HTML**

O Governo Regional da Madeira pretende construir um Teleférico em pleno coração da Laurissilva, Património Mundial da UNESCO e sítio Rede Natura 2000 (sítio Laurissilva da Madeira – PTMAD0001 e sítio Maciço Montanhoso – PTMAD0002), destruindo assim uma zona natural incomparável.

Ajude-nos a dizer NÃO a uma obra que descaracterizará toda uma paisagem natural única e destruirá habitats importantes.

Envie mensagens de reprovação relativamente à execução da possível obra do teleférico no Rabaçal - Madeira, em plena Laurissilva, às entidades abaixo referenciadas.
Direcção Regional do Ambiente dramb.sra@gov-madeira.pt
UNESCO Portugal cnu@unesco.pt
UNESCO Internacional (Mr. Koichiro MatsuuraDirector – General of UNESCO) bpi@unesco.org
Comissão Europeia (Mr. Stavros Dimas Comissário do Ambiente) stavros.dimas@ec.europa.eu
Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste pontadooeste@netmadeira.com
Vice Presidência do Governo Regional andreiajardim.vp@gov-madeira.pt
Vice Presidência do Governo Regional lnolim.vp@gov-madeira.pt
Vice Presidência do Governo Regional anagouveia.vp@gov-madeira.pt
Vice Presidência do Governo Regional mauriciopereira.vp@gov-madeira.pt
Representante da República para a Madeira (Dr. Monteiro Dinis) geral@representantedarepublica-madeira.pt

Pode saber mais em http://madeira.quercus.pt

IDALINA PERESTRELO

Levada do Rabaçal (25 Fontes)

II Semana Europeia do Tubarão

Perigoso, assustador, agressivo, assassino...

Zoomarine

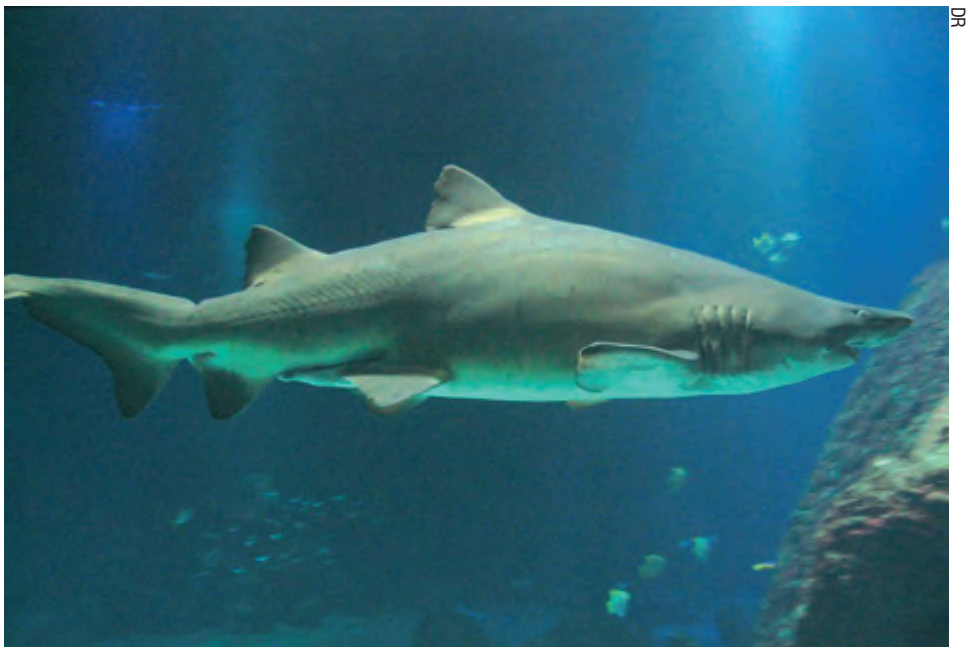
Qual destes seria o melhor adjectivo que usaria para classificar um tubarão?

Pertencentes a um grupo com mais de 1000 espécies (incluindo os seus parentes próximos – as raias, mantas e quimeras), os tubarões gozam, infelizmente, de uma reputação que em nada os verdadeiramente identifica.

Desde as suas características biológicas à sua fulcral importância ecológica, estes peixes não são todos grandes e, muito menos, temíveis. Num universo de aproximadamente 500 espécies actualmente identificadas, cerca de 50% não ultrapassa um metro de comprimento, enquanto que 80% ficam aquém da altura média de um cidadão português. A variabilidade é tanta que o tubarão-anão (Squaliolus laticaudus) pode caber na palma da nossa mão, enquanto que o inofensivo tubarão-baleia (Rhincodon typus) – o maior de todos os peixes - pode ser maior do que um autocarro.

Com cerca de 400 milhões de história, os tubarões desenvolveram um conjunto de adaptações verdadeiramente dignas de um destaque que tarda a chegar. Desde o seu enorme fígado (correspondendo a 15% a 25% do seu peso total) que lhes permite uma invejável flutuabilidade, aos seus esqueletos compostos de cartilagem, compostos semelhantes aos encontrados no nosso... nariz e orelhas, os tubarões são, sim, animais verdadeiramente entusiasmantes.

Porém, o adjectivo que mais perdura no imaginário comum da população será, certamente, o termo "Perigoso". Saibam, no entanto, que são apenas 4 as espécies (0,8%) (tubarão-branco, tubarão-tigre, tubarão-buldogue e tubarão-de-pontas-brancas) consideradas perigosas para o ser humano e apenas quando se sentem ameaçadas pela presença do mesmo no seu habitat.



DR

No entanto, o inverso verifica-se. O Homem, através das várias actividades directamente ligadas ao ambiente marinho, é a principal ameaça à conservação destes já extremamente ameaçados animais.

A pesca (seja acidental ou dirigida para a sua carne ou barbatanas) é uma das mais sérias ameaças à preservação destes seres fundamentais para o equilíbrio ecológico dos oceanos. Actualmente, mais de 50% das espécies nómadas de tubarões no mundo estão seriamente ameaçadas. Na Europa, cerca de um terço das espécies de tubarões e raias estão hoje ameaçadas de extinção.

É importante reverter a imagem que estes, muito pouco agressivos e sobretudo curiosos, peixes têm e sensibilizar a comunidade civil para as importantes características e constantes ameaças que enfrenta este grupo zoológico.

ZOOMARINE

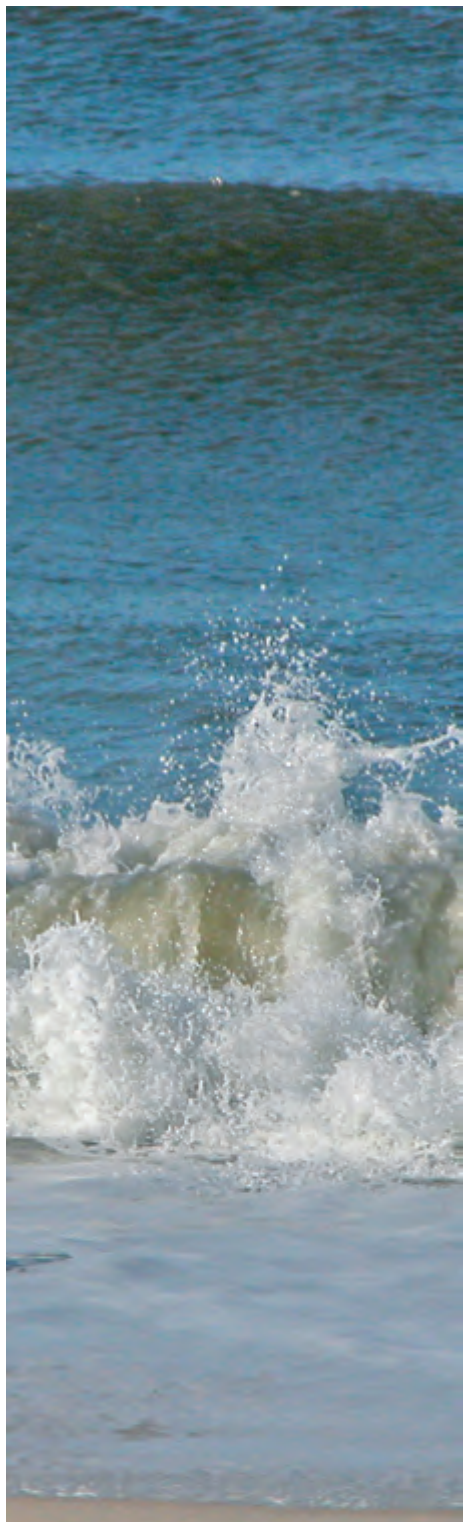
Neste sentido, e numa iniciativa integrada num esforço de nível europeu (II Semana Europeia do Tubarão), o Zoomarine dedicou o período de 9 dias ininterruptos (entre 11 a 19 de Outubro) ao reforço da mensagem conservacionista associada aos tubarões.

Entre actividades pedagógicas nas escolas da região do Algarve e acções de sensibilização dirigidas a todos os visitantes do Zoomarine, os vários participantes (comunidade escolar e não-escolar) foram ainda desafiados a assinar uma petição dirigida à União Europeia para a regulamentação eficaz para a prática do finning (corte das barbatanas dos tubarões e descarte do corpo no mar).

ZOOMARINE

Como ainda não é tarde para ajudarmos estes fantásticos predadores dos oceanos e verdadeiros expoentes da evolução, tome também partido activo na necessidade de conservação dos tubarões... visite a página electrónica da entidade promotora da iniciativa (www.sharkalliance.org) e assine a petição.

Faça com que a sua "barbatana" conte...



"Pertencentes a um grupo com mais de 1000 espécies (incluindo os seus parentes próximos – as raias, mantas e quimeras), os tubarões gozam, infelizmente, de uma reputação que em nada os verdadeiramente identifica."

Brisa
FTSE4Good

A NATUREZA É O NOSSO MELHOR DESTINO

E nunca a perdemos de vista, desde que a vimos. A Brisa é e tem sido reconhecida como uma das empresas pioneiras da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. Uma tradição a que nos mantemos fiéis investindo em projectos vitais, sob o compromisso "Brisa pela Biodiversidade". Este compromisso fixa novos desafios para a empresa, que irá promover a conservação das espécies, através do investimento em investigação científica e do apoio a iniciativas de educação, procurando também encontrar melhores soluções para a sua actividade nas auto-estradas.
A Brisa compromete-se a preservar e a sustentar a natureza porque, sem ela, não teríamos para onde ir. É o nosso melhor destino.

ecoBrisa
Investigação e Educação

Projecto EcoFamílias Planet Meo

Quercus e TNT sensibilizam famílias para um consumo energético mais eficiente

Arrancou em Setembro de 2007 e durante dez meses procurou ser um modelo de responsabilidade social a seguir por empresas e cidadãos, incentivando à alteração de hábitos no dia-a-dia para um consumo energético mais racional. Desenvolvido pela Quercus em parceria com a empresa TNT, o projecto EcoFamílias Planet Meo envolveu, nesta primeira fase, 100 famílias de colaboradores TNT e avaliou os seus padrões de consumo energético em duas componentes: a habitação e a mobilidade.

IDALINA PERESTRELO

Sara Campos

Tendo como ponto de partida a monitorização dos consumos energéticos de uma centena de famílias, o projecto EcoFamílias Planet Meo faz jus à máxima de que é imprescindível ter em conta os valores ambientais no quotidiano e, acima de tudo, passá-los à prática. Faz sentido por isso que a principal aposta tenha sido incentivar as famílias envolvidas a mudar hábitos de consumo energético, com a dupla vantagem de suavizar a factura energética e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Hábitos esses que tanto dizem respeito ao consumo de electricidade em casa, como ao consumo de combustível associado às viagens pendulares casa/trabalho/casa.

ECOCASA

Habitação e mobilidade foram portanto as duas componentes onde se actuou, sempre com o objectivo de alcançar a máxima eficiência energética possível. Para tal, e após uma análise dos hábitos de consumo energético quer em casa, quer nas deslocações diárias, elaboraram-se recomendações adaptadas a cada família. Dependendo da sua adesão, cada colaborador TNT encontra-se assim associado a uma maior ou menor redução efectiva de emissões de GEE. A quantificação dos consumos e poupanças totais alcançados reporta-se apenas a 90 famílias, uma vez que 10 dos colaboradores iniciais desvincularam-se da empresa e consequentemente do projecto.

No interior: iluminação, equipamentos e isolamento térmico

O consumo doméstico de electricidade distribui-se por três áreas essenciais: a iluminação, os electrodomésticos/aparelhos e a climatização. Em cada uma delas é possível identificar consumos desnecessários que podem ser evitados ou pela alteração de hábitos ou pela substituição de equipamentos.

Ao nível das EcoFamílias Planet Meo, identificou-se um potencial de redução de 23% face ao consumo total de electricidade, ou seja, ¼ do consumo eléctrico efectuado é desnecessário.

No entanto, constatou-se no decorrer do projecto que na sua maioria as famílias já tinham boas práticas de utilização racional de energia, representando estas 9% do potencial de redução. Restando ainda uma margem de poupança energética de 13%, foi aí que se procurou actuar para colocar as famílias a consumir apenas o absolutamente necessário.

Comparação de emissões de GEE entre diferentes tipos de transporte em deslocações casa/trabalho/casa de 60 km

Tipos de transporte	Emissões em gCO_2 por passageiro[1]
Automóvel a Gasolina	8280
Automóvel a Diesel	9468
Metropolitano	3300
Comboio	1260
Autocarro	4920

(1) Os factores de emissão considerados no cálculo foram fornecidos directamente pelas várias empresas de transportes. Relativamente ao automóvel, considerou-se um consumo médio de 6 litros/100 km.

Para concretizar esse potencial de redução, foram várias as medidas postas em prática: substituição de lâmpadas de elevado consumo por lâmpadas eficientes (fluorescentes compactas), eliminação de consumos standby e off-power em equipamentos de entretenimento e informática e troca de electrodomésticos por modelos mais eficientes (classe A ou A+). Todas estas alterações juntas tornam possível uma redução de 38.425 kWh/ano no consumo total de electricidade e de 18.482 kg de CO_2/ano nas emissões de GEE.

De modo a incentivar as famílias a alterarem os seus hábitos diários, a TNT ofereceu a cada uma fichas com corte de corrente e lâmpadas fluorescentes compactas, um investimento que só por si se traduz numa redução anual de emissões de GEE na ordem das 5 tonCO_2.

Ao nível da habitação analisou-se também as condições de conforto higrotérmico, isto é, em termos de temperatura e humidade. De um modo geral, as habitações apresentam valores médios de temperatura e humidade relativa abaixo dos valores de referência definidos por lei. As que mais se distanciam desse ideal tendem a ter maiores necessidades energéticas, pelo que recorrem mais a aparelhos de climatização para garantir o conforto higrotérmico no seu interior. De facto, uma envolvente mal isolada aumenta as trocas de calor e frio entre o interior e o exterior, obrigando a compensá-las com a climatização artificial. De novo, a consequência é o agravamento da factura energética, sempre associada, claro está, ao aumento das emissões de GEE que estão na origem do aquecimento global do planeta.

No exterior: deslocações pendulares (casa/trabalho/casa)

A mobilidade foi a segunda vertente em estudo, aqui abordada na perspectiva das deslocações pendulares. Encontrar alternativas eficazes para as viagens diárias dos colaboradores TNT foi o principal objectivo, incentivando-os a trocar o transporte individual pelo transporte colectivo. Uma substituição que, feitas as contas, permite, no total das famílias, evitar anualmente a emissão de 35.643 kg CO_2.

Analisando rotinas de consumo energético, o projecto EcoFamílias Planet Meo contabilizou o caminho que falta para uma total eficiência energética. Somando habitação e mobilidade, para a amostra e o período em estudo, o potencial total de redução de GEE obtido é de 54,126 ton CO_2/ano.

Reportagem

Energia Nuclear em Portugal

Quercus reforça "não" ao Nu

Numa altura em que se voltou a falar de energia nuclear, a Quercus reitera a sua posição contra a construção de uma central nuclear em Portugal, cenário que diz ser insustentável não só do ponto de vista ambiental mas também financeiro. A promoção da eficiência energética e a aposta nas renováveis são as alternativas propostas.

Sara Campos

No passado mês de Julho, o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, gerou polémica ao afirmar, no Parlamento, ser necessário voltar a equacionar a energia nuclear perante a actual instabilidade dos preços da energia. Em resposta, a Quercus acusou Constâncio de ingenuidade ao levantar uma questão desta natureza e de desconhecer a complexidade de uma opção com elevado potencial de impacte ambiental negativo e estrategicamente incoerente em termos financeiros.

A partir de então o tópico da energia nuclear ganhou supostamente um novo fôlego no debate público desde a comunicação social à blogosfera, muito também devido às recentes ocorrências em centrais de países como a Espanha, a França ou a Finlândia. Apesar de terem sido considerados de pouca gravidade, as fugas radioactivas em solo espanhol e francês ou, se quisermos, as derrapagens orçamentais de reactores em construção como o finlandês Olkiluoto 3 vêm expor as incertezas e inseguranças do nuclear.

São vários os mitos associados à energia nuclear, como ser a solução para contornar o problema do petróleo ou o pote de ouro da energia que daria um novo fôlego à economia nacional. Pressuposições com muitas reticências, principalmente se se considerar com atenção o panorama português. Em relação ao petróleo, a Quercus desmistifica: apesar de não recorrer a combustíveis fósseis e portanto não emitir gases de efeito de estufa, a energia nuclear não solucionará o problema dos combustíveis para a indústria automóvel, visto que o produto final da fusão nuclear é energia eléctrica. Para uma mobilidade mais sustentável o caminho apontado pela Quercus é a contínua aposta na substituição do transporte individual pelo colectivo, que por sua vez deverá receber incentivos para utilizar combustíveis menos poluentes como por exemplo o gás natural.

Da falta de estratégia à insustentabilidade

Por outro lado, a Quercus considera que construir uma central nuclear em Portugal não seria uma opção estratégica nem realista: primeiro, implicaria um investimento insustentável para o nosso país em termos de custos de construção (estamos a falar de valores similares ao orçamento do novo aeroporto de Lisboa por cada central) para além da manutenção, controlo e supervisão, que recairiam sobre o Estado. Depois, trata-se da exploração de minerais radioactivos como o urânio, que Portugal só dispõe hoje na forma de uranite, ou seja, na forma como é extraído das minas e portanto ainda não enriquecido. Assim sendo, ver-se-ia obrigado importar todo o urânio enriquecido – combustível básico dos reactores nucleares – mantendo a dependência do exterior. Mas os argumentos continuam. Apesar da existência de várias jazidas de urânio em Portugal, a sua exploração está condicionada às reservas existentes, que não deverão durar mais de 80 anos. Mais uma vez, cairíamos na dependência dos minérios estrangeiros.

Mas assumindo que seria possível um investimento desta envergadura, a Quercus contrapõe novamente, sustentando que a rede eléctrica nacional não

clear e aponta alternativas

LUÍS GALRÃO

DR

DR

aguentaria tamanha injecção de potência. Mais ainda, até 2020 Portugal irá construir em termos de potência o equivalente a duas centrais nucleares em centrais de elevada eficiência a gás natural (ciclo combinado), reforçando o argumento de que não necessitamos de mais oferta de electricidade, com a componente renovável também a aumentar.

Segundo a vice-presidente Susana Fonseca, esta não é de facto uma solução viável por não «permitir apostar nas áreas que podem ser de facto factores de promoção do desenvolvimento sustentável do país», referindo-se aqui ao potencial de aproveitamento de energias renováveis no nosso país e também à implementação de medidas para a redução das necessidades energéticas. A dirigente vai mais longe e afirma que a aposta no nuclear se encaixa no «modelo actual de actuar no mercado pelo lado da oferta e não da procura, agudizando o problema do estímulo ao consumo».

Do ponto de vista do ordenamento do território, a conjuntura também não é muito favorável aos partidários do nuclear. Por um lado, a indisponibilidade hídrica para o arrefecimento da central, por outro a sismicidade do território nacional.

Não limpa, não renovável – o veredicto ambiental

Por fim, os argumentos de impacte ambiental que, apesar de já muito conhecidos, continuam a não ter refutação. O potencial impacto negativo associado à exploração de urânio quer no ambiente (água e solo), quer nas populações (indirecto por contaminação dos recursos ou directo em caso de acidente) deita por terra o chavão de que esta é uma energia limpa. Não é também renovável como o vento, a água, o sol ou a biomassa – veja-se o caso do urânio. Por fim, a eterna questão do tratamento dos resíduos tóxicos produzidos pelas centrais continua sem resposta contundente que assegure o seu isolamento em segurança a longo prazo.

> “São vários os mitos associados à energia nuclear, como ser a solução para contornar o problema do petróleo ou o pote de ouro da energia que daria um novo fôlego à economia nacional.”

Desde 2001 que Portugal deixou oficialmente de produzir urânio, embora possua várias jazidas deste minério em estado bruto. Destaca-se a de Nisa, no concelho de Portalegre, a maior a nível nacional e que tem a particularidade de abranger em parte áreas das Reservas Ecológica e Agrícola Nacionais. Dois factores de peso que têm motivado várias manifestações de protesto contra a exploração de urânio em Portugal, nas quais a Quercus tem participado em conjunto com outras associações e movimentos cívicos. A recusa do nuclear passa também por lembrar a pesada herança deixada pelas minas da Urgeiriça, em Canas de Senhorim. Muitos dos antigos trabalhadores desta antiga exploração de urânio acabaram por se ver confrontados com graves problemas de saúde, em alguns casos fatais, resultantes da sua profissão.

Quercus em acção

Braga em movimento pelo Ambiente

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Observação de aves no Mosteiro de Tibães

Foi no passado domingo, dia 5 de Outubro que decorreu mais uma iniciativa de observação de aves com o apoio da Quercus. Esta actividade contou com a organização da SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo Aves) e do Mosteiro de Tibães.

Pouco passava das 10 horas da manhã quando os participantes, cerca de 30 pessoas, entre eles algumas crianças, se reuniram na entrada do Mosteiro de Tibães, a menos de 10 km de Braga, para receberem as indicações dos ornitólogos, Rui Santos e Francisco Areias, e de Aida Mata, a Directora do Mosteiro. Distribuiu-se então o material necessário (guias de observação de aves e binóculos), iniciando-se a actividade com um passeio pela mata do Mosteiro. A caminhada era ocasionalmente interrompida para algumas, breves, explicações dos ornitólogos, quer sobre as aves que se observavam, quer sobre outra fauna e flora que também se encontra na zona do Mosteiro e que a sua Directora tão bem conhece. Ao longo de todo o percurso os participantes foram questionando os entendidos demonstrando grande entusiasmo pelo assunto em causa. Muitos foram já preparados de casa com os seus guias e alguns binóculos.

De entre a grande variedade de avifauna que se pode encontrar na zona dos Mosteiro aquelas que se observaram podem ser consideradas as mais afoitas na medida em que à medida que as horas da visita avançavam menos eram as espécies observadas. Este facto foi explicado por Rui Santos na medida em que estas espécies preferem horas onde o calor não aperta tanto, sendo mais activas nas primeiras horas da manhã. Variando no tamanho, penugem e forma do bico, algumas das espécies observadas passaram pelo Verdilhão (Carduelis chloris), cujo nome advém da sua penugem intensamente verde, Milheirinha (Serinus serinus), Tentilhão (Fringilla coelebs), Chapim-real (Parus major), espécie mais avistada e também ouvida, cujo bico pequeno é essencial para a sua dieta insectívora. A pequenita Felosinha (Phylloscopus collybita) com os seus 11 cm de comprimento marcou também a sua presença. Quem também fez as delícias dos observadores foi a bonita Alvéola-branca (Motacilla alba) e o canto do Pisco-de-peito-ruivo (Erithacus rubecula). Já o Pica-pau malhado deixou apenas um pequeno vestígio na forma de uma pena. Ainda de destacar a Gralha-preta (Corvus corone) também observada, assim como o Pardal (Passer domesticus). A visita prosseguiu então para outras zonas da mata como por exemplo a zona da ETAR onde se avistaram dois simpático patos cuja espécie não foi possível identificar pois, seriam provavelmente o resultado de uma miscelânea entre duas espécies.

Porque é importante também aproveitar para

ANA ANDRÉ

a sensibilização ambiental em actividades deste tipo a Directora do Museu apontou a seca de uma pequena linha de água devido à falta de chuva consistente. Importante também é referir que já têm sido avistadas águias (um casal) na zona do Mosteiro, que no entanto não apareceram no decurso da nossa visita. Aida Mata alertou ainda para a ameaça dos caçadores naquela zona sendo que já foi reportada a morte de uma coruja das torres por caçadores, e danos que as águias podem provocar em animais domésticos. A visita terminou pelas 12h45 com um agradecimento especial a todos os participantes e os votos de uma boa semana. Aproveitando a deixa foram também sugeridas outras actividades, de observação de aves e de borboletas, assim como acções promovidas pelo Mosteiro de Tibães.

ANA ANDRÉ

Exposição – Natureza Em Risco Total, no Museu D. Diogo de Sousa

Foi no passado dia 28 de Outubro que a Quercus – Núcleo de Braga inaugurou a exposição "A Natureza em Risco Total". Esta iniciativa decorrere no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, inserindo-se no Tema Mensal " A Floresta Autóctone" eleito pelo museu. Durante um mês, de 28 de Outubro a 28 de Novembro, os visitantes poderão ver a exposição e participar nas diversas actividades que a Quercus irá proporcionar.

A exposição, da autoria de Nuno Farinha e cedida pelo Núcleo do Porto, lança um olhar sobre as espécies que mundialmente enfrentam ameaças que a curto prazo, e na ausência de acções de conservação, poderão levar à sua extinção. Com o poderoso auxílio da ilustração científica somos alertados para os animais e plantas cujas populações vão diminuindo drasticamente.

Porque é importante alertar todos, sem excepção, e em especial os mais pequenos, esta acção terá como público-alvo as escolas do pré-escolar, 1º e 2º ciclo da cidade de Braga. Para os mais pequenos estão previstas actividades como teatro, projecção de filmes, desenho, trabalhos manuais, leitura de contos, jogos, entre outras. As inscrições estão a decorrer e deverão ser feitas directamente para o Museu: 253273706.

Esta será uma excelente oportunidade para sensibilizar o público para a necessidade de proteger espécies animais e vegetais que actualmente se encontram em perigo de extinção. Especial destaque será dado para espécies que se encontram mais próximas geograficamente. Entre elas contam-se o lobo ibérico, o lince ibérico (extinto em Portugal), a águia-real e o azevinho. Os melhores desenhos terão direito a prémios. Esta será uma actividade com grande importância a nível da educação ambiental. A sensibilização dos mais novos é assim um passo importante para um futuro melhor.

Ainda, ao longo dos próximos meses o Núcleo de Braga da Quercus irá organizar um conjunto de palestras relacionadas com a temática em questão. Para o próximo mês de Novembro o CERVAS irá fazer uma palestra sobre o papel dos Centros de Recuperação na conservação dos animais em vias de extinção - já confirmada disponibilidade, mas ainda a definir detalhes, pelo que poderão informar-se posteriormente no site da Quercus.

ANA ANDRÉ

Workshop "A importância dos cogumelos na Floresta Autóctone"

ABC da cozinha sustentável

ATL durante as férias do Natal

Notícias Ambientais de Portalegre

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Canoagem na Ribeira de Seda

Integrada nos Jogos Concelhios – Avis 2008, o Núcleo Regional de Portalegre da QUERCUS, organizou no passado dia 30 de Agosto, uma descida em canoa e kayak, da Ribeira de Seda em Avis.

Esta descida teve início na descarga da Barragem do Maranhão e terminou junto à ponte que liga à povoação de Cabeção, tendo o percurso tido uma du-

RICARDO CALHAU

ração de cerca de 3 horas e decorrido por locais de grande interesse paisagístico e ambiental.

Foram realizadas actividades de observação/descrição da fauna e flora existente no local, assim como abordadas temáticas relacionadas com a educação ambiental, nomeadamente sobre a preservação das galerias ripícolas e a separação dos resíduos sólidos urbanos.

Estiveram presentes cerca de 30 pessoas, muitas das quais sócias da Quercus. Durante o todo o percurso reinou a boa disposição e o convívio entre os participantes, tendo existido muita entreajuda em algumas zonas de maior dificuldade.

Também ao nível do comportamento e da atitude dos participantes, relativamente ao meio natural que os rodeava, estes mostraram-se receptivos à mensagem que pretendemos transmitir e o balanço é muito positivo.

Quercus presente em manifestação pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz, Espanha

Dia 13 de Setembro a Quercus esteve presente na manifestação organizada por diversas organizações espanholas, cujo objectivo foi lutar pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz, a cerca de

NUNO SEUEIRA

200 km da fronteira e junto ao Rio Tejo.

A Quercus resolveu estar presente por acreditar que esta central é um exemplo claro de como os argumentos contra esta forma de energia são válidos e reais, ao contrário do que algumas pessoas têm procurado veicular em Portugal.

Ao longo do seu período de laboração a Central já registou diversos acidentes, sendo que o mais recente (em Maio do presente ano) originou a libertação de água com níveis de radioactividade muito acima do normal.

Os resíduos nucleares produzidos pela Central encontram-se armazenados junto à mesma, uma vez que Espanha não tem qualquer solução para lhe dar (no que está acompanhada por todos os restantes países do mundo, uma vez que nenhum encontrou ainda solução para este tipo de resíduos).

A possibilidade de ocorrência de um acidente ainda mais grave não pode ser ignorada e, no caso de tal acontecer, Portugal poderia ser severamente afectado dada a proximidade geográfica e a possibilidade de contaminação do Rio Tejo.

Para além de mostrar o seu total apoio ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz dentro do prazo definido para tal (ano de 2010), esta manifestação foi ainda uma oportunidade para a Quercus trocar informações e estreitar as relações com as suas congéneres espanholas.

A participação da Quercus nesta manifestação foi uma iniciativa dos Núcleos Regionais de Portalegre, Castelo Branco e Beja/Évora, tendo igualmente participado na comitiva diversos sócios de outros locais do país.

Quercus presente na "Feira Franca" em Avis e na "FERPOR" em Portalegre

A Quercus, através do seu Núcleo Regional de Portalegre, esteve presente na "Feira Franca de Avis", que se realizou nesta vila, entre os dias 19 e 21 de Setembro e na XX Edição da "FERPOR" – Feira das

NUNO SEUEIRA

Actividades Económicas do Norte Alentejano", que se realizou em Portalegre, entre os dias 2 e 5 de Outubro.

Com um espaço onde foram divulgados alguns dos principais projectos da Associação, nomeadamente os ligados à Conservação da Natureza, a Quercus voltou a marcar presença em mais estes dois eventos realizados do Distrito.

Nos stands que ocupámos, para além de algum material promocional que tivémos oportunidade de distribuir pelos visitantes, apresentámos também uma selecção de guias, livros e folhetos abordando diversas temáticas ligadas ao Ambiente.

Integrado no programa de actividades da FERPOR esteve um atelier de construção de caixas-ninho, a cargo da nossa Associação. No espaço do certame esteve igualmente patente a exposição da Quercus "Natureza em Risco" – Fauna e Flora ameaçada de Portugal.

Para além das actividades de Educação Ambiental que foram realizadas no local, os visitantes puderam igualmente tomar contacto com algum do trabalho realizado pelo Núcleo e Associação.

Foram realizados diversos contactos institucionais com organizações e associações presentes no certame, e ficou o interesse de muitos daqueles que nos visitaram, em colaborar em iniciativas futuras.

Saída de Campo para Observação de Aves na Albufeira do Caia

Integrada no "Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves 2008", o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus – ANCN, organizou no dia 4 de Outubro, uma saída de campo para observação de

NUNO SEUEIRA

aves na Albufeira do Caia.

O "Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves" foi uma iniciativa promovida pela Associação BirdLife International e coordenada em Portugal pela Sociedade Portuguesa para o Estudo de Aves (SPEA). Teve como objectivo principal o fomento da conservação das Aves e dos seus Habitats.

A Quercus associou-se a este evento, organizando diversas saídas de campo para observação de aves em todo o país. A actividade no distrito de Portalegre decorreu na Albufeira do Caia (concelhos de Arronches/Elvas/Campo Maior) no passado dia 4 de Outubro, durante o período da tarde.

Esta saída foi guiada pelo sócio Luís Venâncio e contou com a presença de cerca de 20 participantes que para além do percurso pedestre que realizaram no local, puderam também contar com uma breve abordagem inicial à temática e às características do local envolvente.

Ao longo do percurso realizado pelas margens do Rio e Albufeira do Caia, tivémos oportunidade de observar cerca de 38 espécies de aves, sobretudo aves aquáticas, mas também outras, entre as quais algumas aves de rapina. São de destacar a Garça-real, a Garça-branca-pequena, o Pato-real, o Guincho-comum, o Corvo-marinho, a Frisada, o Perna-longa, o Mergulhão-de-crista, o Guarda-rios, a Cegonha-negra, a Águia-de-asa-redonda, a Águia-pesqueira, o Grifo e o Tartaranhão-azulado.

O balanço desta actividade é bastante positivo e mais uma vez foi possível chamar a atenção dos cidadãos e entidades responsáveis para a importância deste local como parte integrante da Rede Natura 2000, assim como para a relevância da promoção de práticas activas que representem efectivamente um usufruto sustentável desta Rede Ecológica Europeia.

Jornada de Protesto "Não à Exploração de Urânio em Nisa" – Nisa, 19 de Outubro de 2008

No dia 19 de Outubro, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza esteve presente na Jornada de Protesto "Não à Exploração de Urânio em Nisa".

NUNO SEUEIRA

Os objectivos desta Jornada visaram a sensibilização das populações locais e limítrofes para os riscos que a eventual exploração de urânio comportará, assim como prevenir o País e as Entidades competentes, para o grave impacte que decorrerá do avanço de um projecto deste tipo no concelho de Nisa.

Este dia de protesto pretendeu também alertar para o facto do modelo de desenvolvimento, investimentos em curso, economia local e valores naturais presentes, não serem compatíveis com a exploração de urânio ou quaisquer outras agressões ambientais.

Estiveram presentes nesta iniciativa cerca de 400 pessoas que, de forma participativa e empenhada, mostraram a sua recusa e indignação perante a hipótese de a jazida de urânio do concelho de Nisa poder vir a ser explorada num futuro próximo.

Ao longo da manhã foi realizado um Fórum Cívico onde foi feito um balanço da actividade da exploração de urânio em Portugal, tendo-se seguido uma marcha de protesto que rumou à jazida de urânio situada a 3 kms desta vila.

Esta Jornada de Protesto foi uma organização conjunta das seguintes Entidades: Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, Nisa.com - Associação de Comércio de Nisa, ADN - Associação de Desenvolvimento de Nisa, Terra - Associação para o Desenvolvimento Rural, MUNN - Movimento Urânio em Nisa, Não!, AZU - Associação Ambiente em Zonas Uraníferas, Comissão de ex-trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio.

Revisão do PDM da Moita

Alterações ao regulamento não corrigem os erros da proposta inicial

Terminou, no dia 1 de Setembro, o período de discussão pública relativo às propostas de alteração ao regulamento do Plano Director Municipal (PDM) da Moita, actualmente em processo de revisão.

Núcleo Regional de Setúbal da Quercus

A Quercus considera que as novas alterações ao Regulamento do PDM não corrigem os erros cometidos, mantendo-se no essencial a tendência do PDM em fomentar a expansão urbana à custa da destruição de vastas áreas ambientalmente sensíveis e de elevado valor ecológico e patrimonial, até agora preservadas.

Enquadramento

O projecto de revisão do PDM da Moita tem suscitado diversas críticas, quer da sociedade civil, quer dos partidos da oposição. Em causa estarão as inúmeras desafectações de regimes de protecção com o objectivo de promover a urbanização de vastas áreas até agora preservadas.

A proposta inicial de revisão do PDM foi objecto de várias criticas e rejeições por parte da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) do PDM (em parecer datado de Janeiro de 2007), que entendeu não haver motivo para todo um conjunto de desafectações, considerando que as mesmas colocavam em causa "Áreas Vitais" incluídas na Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental do Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML). A CTA considerou ainda que, em alguns casos, nomeadamente na área do Vale do Trabuco, a opção de planeamento proposta "não é a mais adequada em termos de ordenamento do território, tendo em consideração as características físicas, biológicas e paisagísticas deste vale e o papel que o mesmo deve desempenhar ao nível da estrutura ecológica".

Em Julho último, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) emitiu um parecer desfavorável à proposta de revisão do PDM, considerando que várias objecções da CTA não haviam sido tidas em consideração. Em causa estariam diversas áreas de RAN e REN em que o PDM mantinha a desafectação, bem como diversos povoamentos de sobreiros e um conjunto de áreas integrantes da Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental designada no PROTAML. Para além disso, não teriam sido acauteladas na actual proposta de revisão do PDM os projectos estruturantes propostos para a região e em particular a ligação ferroviária de alta velocidade (LAV) e a Terceira Travessia do Tejo (TTT), de acordo com as medidas preventivas previstas publicadas pelos decretos nº25/2007, de 22 de Outubro e nº 1/2007, de 25 de Janeiro.

Na sequência deste parecer desfavorável da CCDR-LVT, a Câmara Municipal da Moita decidiu submeter a um novo período de consulta pública um conjunto de alterações ao Regulamento do PDM, num total de três alterações, sendo que apenas essas seriam objecto efectivo da nova discussão pública.

As alterações propostas ao Regulamento

Analisando as alterações propostas, verificamos que a grande alteração que se pretende propor ao regulamento do PDM consta da alteração 1, onde se propõe um aditamento ao artigo 58º — um nº 3-A. (As outras duas alterações são rectificações de acordo com as orientações da CCDR, relativas à Gestão da Propriedade Florestal e ao Domínio Hídrico).

Este aditamento estipula que "o projecto de loteamento do prédio a que se reporta a UOPG -01 e os planos de pormenor de que depende o loteamento dos prédios abrangidos pelas UOPG -02 e UOPG -03 terão de implantar e detalhar com precisão os corredores vitais da Rede Ecológica Metropolitana previstos no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, que prevalecerão em qualquer caso sobre os assinalados nas plantas do PDM, e adoptar medidas necessárias à defesa e funcionalidade desses corredores, ficando proibidos quaisquer actos ou actividades que os possam afectar".

Comparando os pareceres da CTA e da CCDR, verificamos que existem muitas outras áreas, para além das referidas UOPG 1, 2 e 3, que são objecto de desconformidades, como as áreas plano P1-04 (Brejos), P1-10 (Alhos Vedros), P1-23 (Penteado), P1-27 (Arroteias) e P2-01 (Vale da Amoreira).

Estas desconformidades decorrem de desafectações não autorizadas de REN e/ou de RAN e pela não inclusão dos povoamentos de sobreiros existentes e das Áreas Vitais constantes na Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental designada no PROTAML.

Estas são áreas particularmente sensíveis, quer porque se revestem de um elevado valor ecológico, como é o caso dos sapais e das galerias ripícolas, quer porque são vitais do ponto de vista do equilíbrio e gestão de cheias numa zona ribeirinha do estuário do Tejo e portanto muito vulnerável.

Deste modo, parece-nos evidente que o aditamento proposto ao art. 58º não acautela devidamente a compatibilização da proposta de PDM com as condicionantes existentes, nomeadamente nas áreas fora das UOPG referidas.

A Quercus propõe que o aditamento proposto seja extensível a todo o PDM, devendo ainda incluir especificamente a compatibilização com a REN, a RAN, a Estrutura Ecológica Metropolitana e com a protecção dos povoamentos de sobreiros e azinheiras, de acordo com o actualmente estipulado por lei.

IDALINA PERESTRELO

Verificamos ainda que as alterações propostas continuam a ser omissas face à necessidade de compatibilizar o PDM com os projectos estruturantes propostos para a região e em particular com ligação ferroviária de alta velocidade (LAV) e com a Terceira Travessia do Tejo (TTT), de acordo com as medidas preventivas previstas publicadas pelos decretos nº25/2007, de 22 de Outubro e nº 1/2007, de 25 de Janeiro.

Em conclusão, a Quercus considera que as alterações propostas à proposta de revisão do PDM não são de modo algum suficientes para acautelar os valores naturais do concelho da Moita, ignorando simultaneamente as grandes transformações que se avizinham não só para o concelho mas para toda a região, fruto dos investimentos previstos para a Península de Setúbal.

Acresce ainda o facto de que os erros cometidos na proposta inicial do PDM não foram corrigidos, assumindo inclusivamente contornos de ilegalidade, de que é exemplo a manutenção da desafectação de vastas áreas de REN, contestadas em sede de CTA, de CNREN e de CCDR.

A actual proposta de PDM promove mesmo um risco efectivo para o agravamento das tendências de expansão da malha urbana da Península de Setúbal, acentuando o carácter suburbano da mesma e a sua dependência sócio-económica relativamente à capital do país.

Grupo de Formação e Educação Ambiental

IDALINA PERESTRELO

Voluntariado

Na sequência da estratégia definida, desde 2004, para o Grupo de Formação e Educação Ambiental (GFEA) têm sido diversas as iniciativas desenvolvidas.

De forma a realizar estas diferentes actividades foi sendo constituída, ao longo do tempo, uma equipa de trabalho multidisciplinar que tem assegurado projectos e acções de sensibilização e educação ambiental (algumas de âmbito nacional), assim como a implementação de um Programa diversificado, para escolas e público em geral, no Centro de Educação Ambiental de Monsanto, em Lisboa.

Decorrente da diversidade da sua actuação e intervenção, é notório o crescente aumento do número de solicitações, das mais variadas entidades, que chegam ao Grupo de Formação e Educação Ambiental.

Neste contexto, em termos estratégicos, torna-se importante a integração de novos voluntários, de diferentes áreas de formação, para colaborar em conjunto com a equipa já existente.

Os trabalhos de voluntariado a desenvolver assentarão no apoio à preparação e participação em eventos e outras iniciativas relacionadas com a sensibilização e educação ambiental a realizar na área de Lisboa e no CEA Monsanto.

Os interessados deverão enviar o respectivo CV, com indicação da sua disponibilidade (dias de semana e horário) para: educacaoambiental@quercus.pt

Informações adicionais

Coordenação: Grupo de Formação e Educação Ambiental – Centro de Educação Ambiental de Monsanto

Vanda Marques • Tm: 93 525 00 77

Não só do mergulhão vive a Albufeira do Azibo

O núcleo do Porto juntou sócios e amigos para descobrir o Azibo

Núcleo Regional do Porto da Quercus

O núcleo do Porto juntou sócios e amigos para descobrir o Azibo. A partida foi no dia 23 de Agosto em direcção a Macedo de Cavaleiros. Um grupo de 21 sócios e amigos da Quercus juntaram-se com um objectivo comum: descobrir a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA). A PPAA situa-se quase na sua totalidade no concelho de Macedo de Cavaleiros e é paisagem protegida desde 1999 permitindo a Conservação da Natureza, o Desenvolvimento Sustentável e a potencialização de um património único natural, edificado e cultural. Nos 4.897 ha desta área é possível encontrar uma das maiores manchas de sobreiro do Nordeste transmontano assim como uma riqueza e variedade de avifauna ímpar.

O nosso dia começou com um pique-nique intercalado com uns mergulhos na praia da Ribeira. Com um sol radiante e o céu bem azul tudo convidava a desfrutar deste local.

JOSÉ PEDRO PINTO

Depois de refrescar e do calor acalmar pusemo-nos a caminho pela ciclovia do Azibo, uns nas bicicletas gentilmente cedidas por uma empresa de turismo local, e os restantes a pé. Ao longo dos seus 15 km foi possível observar Sobreiros, Freixos, Carvalhos e claro, o símbolo da PPAA, o Mergulhão-de-crista enquanto se íam saboreando amoras, que estavam no ponto. No final do dia o descanso foi merecido e pudemos encontrá-lo na Quinta do Azibo em Podence, onde nos esperava um churrasco ao ar livre.

No dia seguinte, o erguer foi cedo para ir até ao Núcleo Central da PPAA onde fomos muito bem recebidos pelo sr. vereador Manuel Cardoso e pela Eng. Eugénia da Ecoteca de Macedo, nossa guia essa manhã pelo trilho Quercus. Antes da caminhada de 8 km houve uma breve sessão de esclarecimentos sobre a PPAA e sobre o trilho que íamos percorrer. Este trilho que percorre uma grande mancha de sobreiros e atravessa bosquetes de Carvalho-negral e Carvalho-cerquinho, não podia ser mais indicado para um grupo de querquianos. O calor que apertava particularmente neste dia libertava o aroma das ervas aromáticas que perfumavam o ar e convidava para um mergulho na Praia da Fraga da Pegada, o ponto de chegada. Os Mergulhões-de-crista e algumas rapinas também nos acompanharam no trilho, e foi possível cruzarmo-nos com o rio Azibo onde se encontra com a albufeira. Após uma caminhada já de grau moderado as iguarias do restaurante da praia, acompanhadas de uma vista fantástica sobre a albufeira, não podiam saber melhor. Para alguns os trilhos terminaram por aqui aproveitando para relaxar o resto da tarde nesta praia fluvial galardoada com a Bandeira Azul e classificada Praia Acessível. Uns mais corajosos ainda se aventuraram pelo trilho dos Caretos, um trilho de 4km que partiu da Praia da Ribeira e que terminou na Casa do Careto em Podence, uma marca cultural em Portugal pelo seu famoso carnaval.

Foi um fim de semana a não esquecer e um local a voltar. Agradecemos todo o apoio que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros nos proporcionou e em especial à D. Antónia Morais e à Eng. Eugénia pelo seu apoio na organização do evento.

Até breve.

Próximo Passeio Verde: Gerês (fique atento ao sitio http://porto.quercus.pt)

"À descoberta da Serra de S. Mamede"

Núcleo Regional de Portalegre e Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Os Núcleos Regionais de Castelo Branco e de Portalegre da Quercus ANCN, vão organizar nos próximos dias 8 e 9 de Novembro, uma saída de campo no Parque Natural de S. Mamede.

Esta actividade é organizada em parceria com o Parque Natural da Serra de S. Mamede e com ela pretende-se tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes neste Parque Natural, observar e identificar a sua diversidade florística e faunística. Pretende-se também descobrir algumas das particularidades geológicas da região e comprovar a tipicidade das suas povoações e respectivas tradições culturais.

Serão realizados dois percursos pedestres interpretativos (de dificuldade média/baixa), em Marvão e Galegos, assim como actividades de observação de fauna e flora.

Em toda a actividade existirá uma presença permanente de elementos da organização, estando o programa sujeito às condições meteorológicas existentes no local. O alojamento dos participantes será feito em camaratas, existindo a possibilidade de os participantes se inscreverem em apenas um dos dois dias.

O valor da inscrição a pagar será de 10€ para sócios e de 15€ para não sócios, sendo as vagas limitadas ao número máximo definido. Neste valor está incluído o alojamento, o seguro, os percursos guiados e o apoio durante toda a actividade.

As inscrições, abertas a sócios e não sócios, deverão ser feitas até ao próximo dia 5 de Novembro, através dos seguintes contactos:

JOSÉ GRILLO

► **Núcleo Regional de Portalegre**
(Nuno Sequeira)
Telef: 96 010 70 80 / 96 020 70 80
E-mail: portalegre@quercus.pt

► **Núcleo Regional de Castelo Branco**
(Madalena Martins)
Telef: 272 324 272, 966 484 942
E-mail: castelobranco@quercus.pt

NOTAS:

O alojamento dos participantes será feito em regime de acantonamento, existindo a possibilidade de se inscreverem em apenas um dos dois dias de actividade;

As refeições ficam a cargo dos participantes. No caso de pretenderem jantar no Sábado com o restante grupo, devem indicá-lo aquando da inscrição, para que seja feita a reserva;

O transporte ficará a cargo dos participantes, sendo a organização responsável por coordenar os meios, de forma a rentabilizá-los ao máximo;

Os participantes devem levar saco-cama, colchonete, binóculos, roupa e calçado confortável, adequado às condições atmosféricas e à natureza da actividade.

"Clean up the world" – Limpar o TEJO promovendo a Biodiversidade

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

No passado dia 20 de Setembro, a Quercus percorreu de barco o rio Tejo, junto a Vila Velha de Ródão, de forma a sensibilizar a população e recolher o lixo aí encontrado. Com esta iniciativa pretendeu-se alertar os participantes e a população em geral para os perigos que representa o lixo em ambientes naturais, tais como, o risco de incêndio e os malefícios para a fauna.

O núcleo regional da Quercus de Castelo Branco participou na campanha mundial "Limpar o Mundo 2008" (Clean up the world) recolhendo o lixo existente nas margens do rio Tejo junto às Portas de Ródão. Esta iniciativa teve apoio do CONTINENTE e da Empresa Incentivos Outdoor.

A actividade de limpeza contou com a colaboração de 15 participantes e foram recolhidos cerca de 1500L de lixo, dos quais mais de 70% dos materiais corresponderam a restos de cordas e pedaços de esferovite utilizados na pesca do lagostim, sendo que os restantes 30% eram de objectos de plástico (sacos de engodo e embalagens vazias) e metal (latas vazias, redes, entre outros).

Estes materiais provocam sérios danos no ambiente principalmente quando se encontram em zonas sensíveis como é o caso das Portas de Ródão, um local de nidificação para diversas espécies importantes de avifauna como é o caso da cegonha preta, águia de Bonelli e o grifo.

LUÍS MOREIRA

Estas espécies podem sofrer danos irreversíveis quando os objectos atrás referidos são transportados para o ninho. As cordas, por exemplo, podem enlear-se nas patas das cegonhas pretas (espécie ameaçada de acordo com o livro vermelho dos vertebrados) provocando a sua dilaceração; quanto aos sacos e demais objectos de plástico, podem ser ingeridos e provocar a morte de diversos animais por asfixia.

No CERAS (Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco) é frequente darem entrada, cegonhas e outros animais mutilados e com lesões devido à presença de lixo no meio natural, nomeadamente redes e fios utilizados na pesca e agricultura.

A Quercus apela aos pescadores e demais utilizadores das margens do rio Tejo que recolham todo o lixo que produzirem, principalmente cordas, fios, redes e sacos de plástico, não deixem as redes abandonadas nos rios, para que situações como esta não se repitam! MADALENA MARTINS

Um Grande Grupo.
Um **Elemento Comum.**

Dedicação e competência para a valorização do ambiente natural e humano.

A missão do Grupo AdP é prestar serviços nas áreas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Através de um conjunto de empresas que operam em todo o País, promovemos diariamente serviços de qualidade e em quantidade a mais de 70% da população portuguesa.

A capacidade dos recursos técnicos e a competência dos recursos humanos do universo empresarial do Grupo é reforçada pela dedicação que temos pela valorização da qualidade do ambiente e da vida das pessoas.

Trabalhando em conjunto por este elemento comum, **cuidamos do património das futuras gerações.**

www.adp.pt

Quercus em acção

CIR – Centro de Informação de Resíduos

Resíduos de Construção e Demolição

Reciclagem produz novos materiais de construção

O sector da construção civil é responsável por inúmeros impactes ambientais, a maioria negativos e significativos, como por exemplo o consumo de 15 a 50% de recursos naturais (extraídos de pedreiras), o elevado consumo energético e a produção de grandes quantidades de resíduos.

Carmen Lima

DR

Amostra de materiais reciclados

Os resíduos provenientes das actividades relacionadas com este sector – Resíduos de Construção e Demolição (RCD) são normalmente designados como entulhos. É comum encontrar entulho abandonado por terrenos baldios, por caminhos secundários, ou até por zonas protegidas e parques naturais. Quando não são abandonados são, na sua grande maioria, encaminhados para deposição em aterros sanitários ou aterros para resíduos inertes (normalmente associados a trabalhos de recuperação paisagística de pedreiras).

No entanto, quando são devidamente triados em obra ou em instalações dedicadas, o entulho pode ser separado nos diversos tipos de materiais que o compõe, potenciando a reciclagem destas fileiras. No caso da sua parte inerte (mistura de tijolo, betão, ladrilhos, argamassas, terra) esta é transformada em material reciclado – agregados inertes reciclados, que poderão ser utilizados em trabalhos de construção civil, tais como base de estradas ou material de enchimento, substituindo os tradicionais materiais inertes (extraídos de pedreiras). No âmbito destas aplicações foram publicadas Especificações Técnicas pelo LNEC, nomeadamente:

► Agregados reciclados grossos em betões ligantes hidráulicos;

► Aterro e camada de leito de infra-estruturas de transporte;

► Agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos;

► Misturas betuminosas a quente em central.

WWW.AMCPN.COM

Expo 98 – exemplo da reutilização de entulhos

Quando são devidamente triados em obra ou em instalações dedicadas, o entulho pode ser separado nos diversos tipos de materiais que o compõe.

Para promover a utilização destes materiais reciclados alguns operadores investiram na classificação destes produtos com a marcação CE, que lhes confere as mesmas garantias de qualidade e conformidade com a utilização aplicada, que um produto "natural" possui.

Neste campo, a Quercus tem tentado incrementar medidas que potenciem a utilização dos materiais reciclados, em substituição dos inertes naturais e o consequente aumento das taxas de reciclagem de RCD. À semelhança dos outros países europeus, estas medidas passam pela redução da deposição de entulho em aterro; a incorporação mínima obrigatória de agregados inertes reciclados em obras públicas; a aplicação de uma eco-taxa aos materiais naturais extraídos, sempre que verifique a existência de alternativas recicladas.

Destaque

Má qualidade da água nos rios portugueses

No passado dia 1 de Outubro de 2008, Dia Nacional da Água, a Quercus organizou uma actividade de sensibilização para a qualidade da água dos rios portugueses, através de medições de parâmetros em diversos pontos do país e da análise dos resultados obtidos, com a qual se pretendeu alertar para a necessidade de garantir a boa qualidade das águas superficiais.

Sandra Oliveira

LUÍS AVELAR

Parâmetros	Expressão dos resultados	VMA
pH	Escala de Sorensen	5,0 - 9,0
Temperatura	0º	30º
Variação da temperatura	0º	3º
Oxigénio dissolvido	% de saturação	50
CBO_5	*O_2 mg/L*	5
Azoto amoniacal	*N mg/L*	1
Fósforo total	*P mg/L*	1
Cloretos	*Cl mg/L*	250
Sulfatos	*SO_4 mg/L*	250
Clorofenóis	µg/L por composto	100
Hidrocarbonetos aromáticos polinucleares	µg/L	100
Substâncias tensoactivas aniónicas	mg/L	0,5
Pesticidas Total Por subst. individualizada	 µg/L µg/L	 2,5 0,5
Bifenilospoliclorados (PCB)	µg/L	20
Azoto Kjeldhal	*N mg/L*	2
Cianetos totais	*CN mg/L*	0,05
Arsénio total	*As mg/L*	0,1
Cádmio total	*Cd mg/L*	0,01
Chumbo total	*Pb mg/L*	0,05
Crómio total	*Cr mg/L*	0,05
Cobre total	*Cu mg/L*	0,1
Mercúrio total	*Hg mg/L*	0,001
Níquel total	*Ni mg/L*	0,05
Zinco total	*Zn mg/L*	0,5

Anexo XXI - DL 236/98, 1 Agosto

A Directiva-Quadro da Água da UE (2000) estabelece como objectivo principal alcançar o bom estado ecológico de todas as águas superficiais e subterrâneas até 2015. Em Março de 2008, estimava-se que 40% das águas superficiais da União Europeia estava em risco de não cumprir esta meta (Water Note 2 "Cleaning up Europe's Waters: Identifying and assessing surface water bodies at risk"). A manutenção e/ou melhoria da qualidade da água dos rios é fundamental para a conservação dos ecossistemas e para reduzir os riscos para a saúde pública, tendo em conta que a contaminação das águas superficiais, para além dos efeitos directos na vida aquática, que também consumimos, obriga a maiores investimentos no tratamento da água captada para consumo humano, 68% da qual é de origem superficial (IRAR, dados de 2007). O Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto (anexo XXI) estabeleceu objectivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais, os quais servem de referência para avaliar o estado da água.

Entre os dias 22 e 28 de Setembro, percorremos Portugal de norte a sul e fizemos medições em 20 locais de 14 troços de água. Os parâmetros medidos - temperatura, pH, condutividade, oxigénio dissolvido e turvação - foram seleccionados tendo em conta a sua importância para a avaliação da qualidade da água e as características dos equipamentos de que dispúnhamos, um medidor portátil Multiparamétrico HI9828 e um Medidor Portátil de Turvação HI98703 Hanna Instruments, gentilmente cedidos pela Hanna Instruments Portugal.

O que significam os parâmetros medidos?

A temperatura – controla a taxa metabólica e a actividade reprodutiva. Influencia directamente a quantidade de oxigénio dissolvido na água e que está disponível para os organismos, assim como a actividade de bactérias e químicos tóxicos na água. Não deve exceder os 30ºC.

O aumento da temperatura da água pode ser causado por:

- Aumento da radiação directa, quando a vegetação das margens, que fornece sombra, é removida
- Menor fluxo de água e mais lento durante

L. FERNANDES

a estação seca

► Impermeabilização de áreas com materiais que absorvem mais radiação, como pavimentos escuros sobre os quais a água passa e recebe mais calor, aumentando a sua temperatura

► Água utilizada para arrefecimento na indústria fica mais quente e é despejada nos rios

► Descarga de efluentes, que são geralmente mais quentes

pH – mede a concentração de iões de hidrogénio na água, indicando o grau de acidez. O pH afecta a solubilidade e disponibilidade de nutrientes e a possibilidade de estes serem utilizados pelas espécies aquáticas. As águas superficiais devem apresentar um pH entre 5 e 9.

Os valores de pH podem variar devido a causas naturais ou antrópicas, nomeadamente:

► Aumento da concentração de CO2 na água devido às trocas com a atmosfera, a escorrência e a respiração de organismos aquáticos

► Substrato rochoso e o solo

► Drenagem de minas provoca a remoção de minerais de sulfito do solo; quando a água escorre sobre os desperdícios, reage e pode formar ácido sulfúrico

► Poluentes atmosféricos (NOx e SO2), libertados pelos automóveis e indústria, reagem na atmosfera e formam chuvas ácidas que diminuem o pH das águas superficiais

Oxigénio dissolvido – existe em bolhas microscópicas que se encontram entre as moléculas de água. Entra na água por absorção directa da atmosfera ou através da fotossíntese realizada pelas plantas aquáticas. É este oxigénio que é captado pelos peixes através das guelras. Não deve ser inferior a 50% de saturação.

A diminuição do oxigénio dissolvido (OD) na água pode ser causada por:

► Volume e velocidade do fluxo de água; em águas estagnadas, não há mistura entre a água à superfície e a água do fundo, esta última com valores baixos de OD devido à decomposição de matéria orgânica, processo que consome oxigénio.

► Temperatura da água; quanto mais fria, maior o teor de OD que pode conter

► As barragens diminuem a velocidade da água e podem causar redução no OD, mesmo que a água descarregada pela barragem seja do fundo, e por isso mais fria, o teor de matéria orgânica que normalmente contém não permitirá aumentar o OD

► Tipo de organismos que a água contém; as plantas realizam a fotossíntese durante o dia, aumentando o OD; à noite, a respiração das plantas consome oxigénio e o OD diminui. Bactérias e fungos consomem oxigénio para decompor a matéria orgânica, diminuindo os valores de OD

► Sólidos suspensos ou dissolvidos; o oxigénio é mais facilmente dissolvido em águas com menor quantidade de sólidos (por exemplo, a água salgada do mar tem menor OD)

► Nutrientes (fosfatos e nitratos) – quando existem em grande quantidade, favorecem o crescimento de determinado tipo de algas que causam eutrofização (quando as algas morrem entram em decomposição, processo que consome oxigénio)

► A descarga de efluentes, contendo lixo orgânico, pode favorecer o consumo de OD devido ao processo de decomposição da matéria orgânica

Condutividade – capacidade da água transmitir corrente eléctrica, medindo a concentração de iões. É uma medida indirecta da quantidade de sólidos dissolvidos e de poluição da água, porque os iões podem resultar da separação de componentes como o ferro, cálcio, magnésio, sulfato, fosfato, entre outros.

O aumento de iões na água pode resultar de:

► Características geológicas e de solo

► Descargas de água ou escorrência a partir de campos agrícolas (fertilizantes contêm nitratos e fosfatos)

► Escorrência a partir de estradas (produtos químicos utilizados nos automóveis)

► Descargas de minas

Turvação – mede a transparência da água e está relacionada com a quantidade de sólidos em suspensão na água, juntamente com plâncton e outros organismos, os quais afectam as propriedades de reflexão da luz dessa água. A turvação pode interferir com o processo de desinfecção da água e favorecer o desenvolvimento de microrganismos.

O aumento da turvação da água pode resultar de:

► Transporte de sedimentos e partículas pelas águas pluviais para os rios

► Erosão do solo (facilita o transporte de partículas pelas águas de escorrência até aos rios). A construção de edifícios e estradas, a desflorestação e os incêndios florestais são algumas das causas da erosão do solo

► Descarga de efluentes, que contêm sólidos suspensos e matéria orgânica

Quais os resultados obtidos?

30% dos rios possuem má (25%) ou muito má (5%) qualidade, 40% têm qualidade razoável e apenas 30% qualidade boa (20%) ou excelente (10%). Em 70% dos casos (qualidade muito má, má e razoável) a qualidade da água não reúne as condições ideais para o desenvolvimento da vida piscícola. Em quase todos os casos que apresentam qualidade má ou muito má, o parâmetro responsável por esta classificação foi o Oxigénio Dissolvido, cujos valores estavam abaixo dos limites estabelecidos.

Rio	Local	Classificação
Ave	Vila do Conde	MÁ
Tâmega	Amarante	RAZOÁVEL
Corgo	Vila Real	BOA
Corgo	Peso da Régua	EXCELENTE
Douro	Régua	RAZOÁVEL
Vouga	S. Pedro do Sul	BOA
Mondego	Penacova	RAZOÁVEL
Alcabrichel	Vimeiro	RAZOÁVEL
Zêzere	Constância	EXCELENTE
Tejo	Alhandra	RAZOÁVEL
Tejo	Niza (a montante da barragem de Cedilho)	MÁ
Tejo	Niza (a jusante da barragem de Cedilho)	MUITO MÁ
Tejo	Constância	BOA
Sado	Alcácer do Sal	RAZOÁVEL
Sado	Sta Margarida do Sado	MÁ
Sado	Ourique (barragem Monte da Rocha)	RAZOÁVEL
Guadiana	Serpa	BOA
Rib. Vidigão	Sul de Vila Verde - Ficalho	RAZOÁVEL
Rib. Quarteira	Paderne	MÁ
Mira	Odemira	MÁ

Locais de medição e classificação obtida a partir das medições efectuadas pela Quercus

A classificação baseia-se nos procedimentos aplicados pelo Instituto da Água (INAG), que estabelece os limites dos valores de cada um dos parâmetros (com excepção da turvação) para cada classe de qualidade.

Significado da classificação:

EXCELENTE - Água com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.

BOA - Águas com qualidade ligeiramente inferior à excelente mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.

RAZOÁVEL - Água com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para o recreio sem contacto directo.

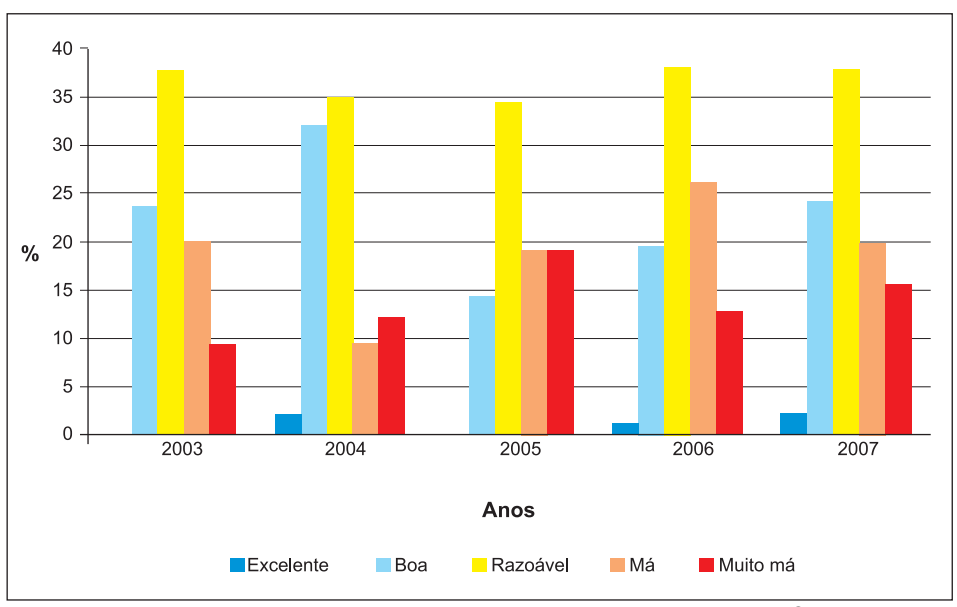
MÁ - Águas com qualidade medíocre apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir mas de forma aleatória.

MUITO MÁ - Água extremamente poluída e inadequada para a maioria dos usos.

Os resultados obtidos pela Quercus neste estudo são corroborados pelos valores obtidos em 2007 pelo INAG e divulgados pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (http://snirh.pt), os quais revelam que 36% dos pontos monitorizados nos rios portugueses apresentaram água de qualidade má (20%) ou muito má (16%), 38% tinham qualidade razoável e 26% qualidade boa (24%) ou excelente (2%).

Ao longo dos últimos anos, a qualidade dos rios portugueses tem apresentado resultados preocupantes. Em 2003, mais de 25% das análises à água dos rios revelaram boa qualidade de água, tendo subido para 35% em 2004; no entanto, em 2005, a percentagem de rios com qualidade boa diminuiu para cerca de 19%. Em 2004, 1% apresentava água de excelente qualidade, mas em 2005 voltou a 0%. A água de qualidade muito má aumentou de 10,8% em 2003 para 23,5% em 2005. A água de qualidade razoável atingia mais de 41% em 2003, diminuindo para 38% em 2004 e para apenas 31% em 2005, tendo aumentado a percentagem de água com muito má qualidade. Em 2006, a qualidade razoável atingia 38% dos pontos monitorizados e a qualidade má ou muito má atingia o valor de 39%, restando apenas pouco mais de 20% para a qualidade boa ou excelente.

Apesar do estudo feito pela Quercus não ter sido exaustivo, os resultados obtidos dão sinal de que algo inquietante se passa e indicam o distanciamento do nosso país relativamente à meta da Directiva-Quadro da Água e aos propósitos ambientais e de saúde pública pretendidos. O objectivo primordial desta actividade era trazer este tema para a ordem do dia e sensibilizar as entidades responsáveis e a população em geral para a importância de manter, melhorar e monitorizar a qualidade da água dos rios, com o intuito de apelar à acção sobre os impactes e sobre as causas da deterioração da água. Algumas reacções já se fizeram sentir, entre notícias na comunicação social e interpelações ao Ministro do Ambiente por parte de grupos parlamentares. A qualidade da água é um factor de sustentabilidade e desenvolvimento demasiado importante para ser negligenciado. Todos nós devemos estar atentos.



Evolução da qualidade da água dos rios portugueses entre 2003 e 2007, segundo o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (http://snirh.pt)

Castanheiro

A "Árvore do Pão"

Quem quer quentes
e boas, quentinhas?
A estalarem
cinzentas, na brasa.
Quem quer quentes
e boas, quentinhas?
Quem compra leva
mais calor p'ra casa.

(O Homem das Castanhas, José Carlos Ary dos Santos)

Andreia Gama

O Outono traz com ele a magia de pincelar as árvores de folha caduca de cores quentes, com vermelhos, amarelos, laranjas. Faz com que as folhas bailem, rodopiando no ar, ao ritmo do vento. E é então no Outono que, ao percorrer as ruas das cidades, sentimos aquele cheiro apetitoso a castanhas assadas, as quais nos deliciam e aquecem naquelas tardes mais frescas. E se estivermos no campo, nada melhor do que um passeio por um souto recolhendo algumas castanhas dos ouriços, e depois assá-las na lareira e comê-las quentinhas acompanhadas de jeropiga.

O castanheiro (Castanea sativa Mill.), pertence ao género Castanea que abrange 12 espécies dispersas por várias partes do mundo. A sua origem provém da região mediterrânica oriental, particularmente da Ásia Menor. É uma árvore de grande relevância histórico-cultural no nosso país, contudo no que respeita a ser ou não uma espécie autóctone em Portugal não é uma questão pacífica. Estudos mais recentes concluíram que o castanheiro é uma espécie autóctone na Península Ibérica, e portanto também em Portugal, tendo sido encontrados na Serra da Estrela vestígios fossilizados de pólen de castanheiro com cerca de 8.000 anos. Anteriormente a esta conclusão considerava-se que o castanheiro teria sido introduzido na Península Ibérica pelos romanos, há cerca de 2.000 anos.

O castanheiro é uma árvore de folha caduca com grande longevidade, podendo atingir mais de 1.000 anos. Do ponto de vista ecológico constitui uma espécie de grande interesse, dado que nas formações onde é dominante abriga uma grande quantidade de espécies, devido à complexidade estrutural de habitats destas florestas. Por volta dos 8-10 anos, o castanheiro já dá fruto, sendo que só depois dos 20 anos é que a frutificação passa ser um fenómeno regular. A sua produção mantém-se elevada mesmo quando já tem uma idade avançada – 600 anos ou mais. Tem um crescimento rápido até aos 50-60 anos, retardando depois até ao fim da vida. Pode atingir os 45 metros de altura e a sua copa pode chegar aos 30-40 metros de diâmetro.

Consoante a forma de regeneração e o tipo de exploração que se pretende, o castanheiro é considerado bravo ou manso. A diferenciação ocorre por volta dos 3-4 anos, quando para obter um castanheiro manso é necessário proceder à enxertia de um bravo. Em Portugal cultiva-se outra espécie de castanheiro – Castanea crenata – originária do Japão e utilizada sobretudo como porta-enxerto de Castanea sativa. Um povoamento de castanheiros bravos denomina-se por castinçal e é vocacionado para a produção de madeira. Por sua vez, souto é o nome que se atribui aos povoamentos de castanheiros mansos vocacionados para a obtenção de castanha.

J. FERNANDES

O castanheiro gosta de solos frescos, profundos e leves, graníticos, xistosos ou arenosos da zona montanhosa interior do Centro e do Norte. Porém, existe em quase todo o país, desenvolvendo-se bem em solos neutros ou ácidos (pH entre 4,5-7), não tolerando solos calcários (básicos, pH> 7), e raramente ocorrendo em solos de rochas calcárias, como acontece nos soutos de Vale do Porto da Espada (Marvão). Suporta razoavelmente bem o período de secura característico do Verão do nosso país.

Presente em toda a orla norte do Mediterrâneo, de Portugal ao Cáucaso, é em Itália que a área florestada com castanheiro é das maiores da Europa, tendo igualmente uma presença expressiva também em Espanha, França, ex-Jugoslávia, Roménia, Hungria, Grécia, Turquia, e ainda em zonas montanhosas de Marrocos e Argélia. Nos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias foi uma espécie introduzida.

Em Portugal continental, a sua presença mais significativa verifica-se na região a norte do Rio Tejo, sendo essencialmente em regiões acima dos 500 metros de altitude e com baixas temperaturas no Inverno que esta árvore encontra as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Ao nível de povoamentos, é de destacar a região nordeste transmontana e a Serra de S. Mamede considerada "um verdadeiro santuário do castanheiro".

Em Portugal, a maior parte da área com castanheiros é ocupada por soutos. O terreno onde se encontra instalado o povoamento de castanheiros pode ser aproveitado durante os primeiros 10 anos, quando não está ainda em ciclo de produção, para culturas intercalares, como é o caso do centeio. Após este período inicial cada castanheiro pode produzir entre 10 a 90 kg de castanha, o que significa que de um único souto podem-se extrair entre 2.000 a 4.000 kg de castanhas.

O castanheiro, como espécie monóica que é, tem em cada pé flores masculinas e femininas, as quais são muito odoríficas, atraindo insectos para o processo de polinização (polinização apelidada de entomófila). É das flores femininas que resulta a cápsula espinhosa – conhecida por ouriço – na qual se desenvolvem as castanhas.

Os povoamentos de castanheiro foram assolados pela "doença da tinta", a qual é provocada por um fungo denominado por Phytophora cambivora (Petri), que causou graves danos nos povoamentos do Minho e Beira Litoral. Contudo, a sua acção não se ficou pelo Norte e Centro, alastrando-se pelo país fora até à Serra de Monchique. Extensas áreas pereceram ao nefasto poder da "tinta", cujo nome se deve à cor negra que a árvore adquire por debaixo da casca quando atacada. Outra doença igualmente relevante é o "cancro do castanheiro", provocada também por outro fungo denominado por Endothia parasitica And & And, a qual surgiu nos finais do século XIX e provocou graves prejuízos em povoamentos desta espécie. Os castanheiros são ainda atacados por um insecto desfolhador – conhecido por Portésia (Euproctis Chrysorhea L.) –, o qual provoca danos acentuados.

As tribos pré-romanas apelidavam o castanheiro de "árvore do pão", pois o seu fruto – a castanha –, como alimento rico que é, constituía um importante meio de subsistência para os exércitos em campanha. No nosso país, a castanha foi durante muito tempo o alimento principal das populações rurais montanhosas, até à chegada do milho e da batata à Europa, sendo utilizada na alimentação dos humanos e dos animais. Era confeccionada de todas as formas possíveis, inclusive produzia-se um pão a partir da farinha de castanha – conhecido por "pão-dos-bosques". Quando a produção do ano não era totalmente consumida, a restante produção era secada sobre uma estrutura de ripas suspensa sobre a lareira (caniço), de forma a ser consumida durante todo o ano, sendo esta castanha mais conhecida por "castanha pilada" (normalmente pilavam-se as castanhas mais pequenas). Outro processo de conservar as castanhas consistia em colocá-las em potes de barro cheios de areia.

O castanheiro também tem aplicações terapêuticas, utilizando-se diferentes partes do castanheiro – folhas, cascas, flores e frutos. Além das aplicações terapêuticas e do fornecimento de castanha, madeira e lenha, o castanheiro é também utilizado no curtimento de peles e em cestaria.

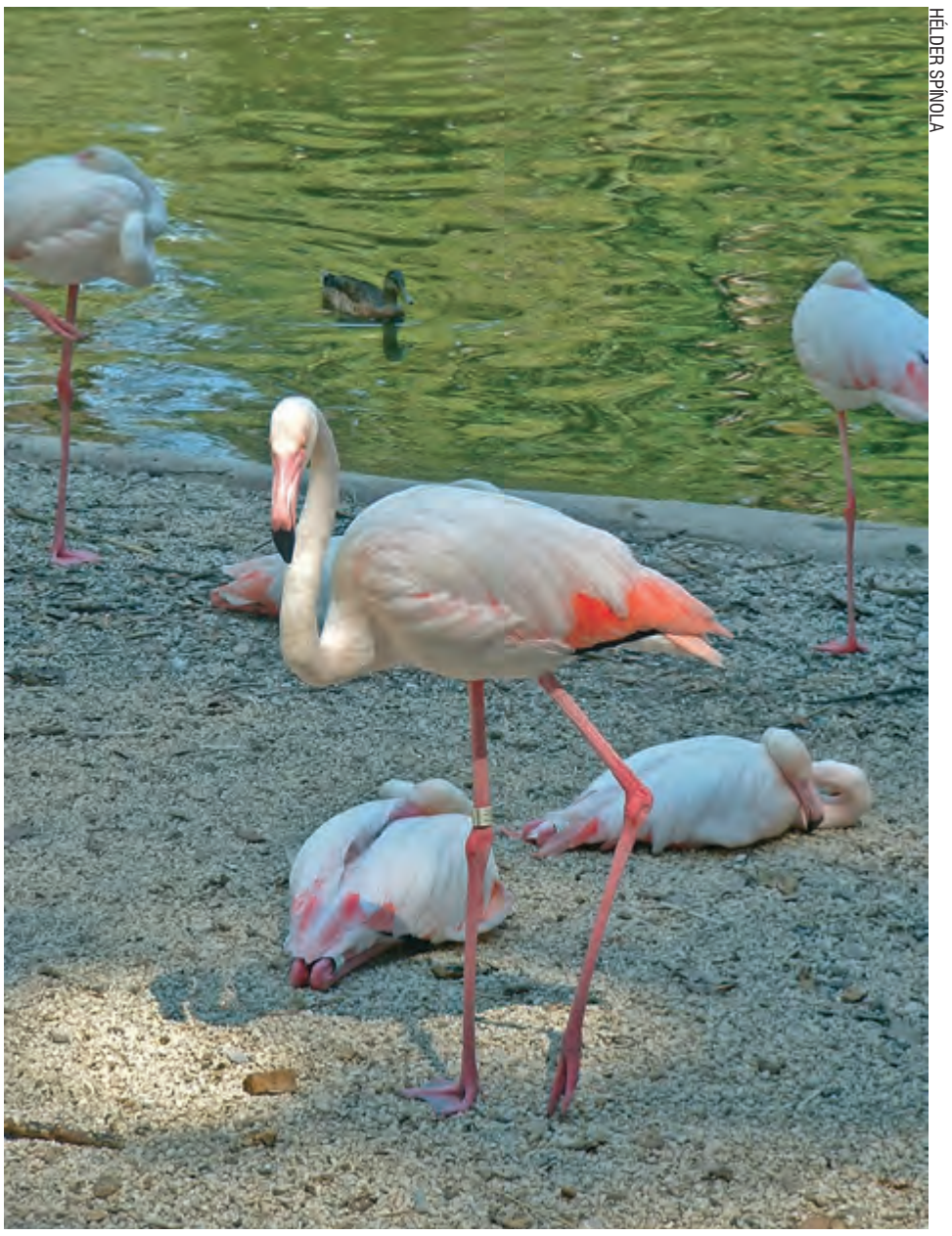
Ficha técnica

Família: *Fagaceae*
Género: *Castanea*
Espécie: *Castanea sativa Mill*
Nome vulgar: Castanheiro; Castanheiro-comum; Castanheiro-vulgar; Reboleiro
Aspecto: árvore que pode atingir os 45 metros de altura; tronco robusto, de ritidoma (casca) pardo-acinzentado e liso até aos 15-20 anos, tornando-se mais escuro e fendido com a idade; copa ampla com numerosas e fortes ramificações
Folhas: folhas alternas, oblongo-lanceoladas, caducas; serradas nas margens, brilhando nas duas páginas, quase concolor, mas as folhas jovens tem pêlos glanduloso-capitados em ambas as páginas e finalmente piloso só na inferior, translúcidas quando trespassadas pela luz solar, tendo entre 10 e 20 centímetros; nervuras laterais 12-20 pares, mais ou menos paralelas, terminando nos dentes das margens, proeminentes na página inferior; pecíolo relativamente curto, até 2 cm de longo.
Flores: árvore monóica, que floresce entre fins de Abril a Junho; amentilhos compridos e erectos, com flores masculinas e femininas de 13-30 cm.
Fruto: a castanha, de cor castanho-avermelhada, brilhante, pontiaguda no ápice; amadurece entre fins de Setembro e Novembro; 2-4 numa cúpula espinosa (ouriço)
Habitat: matos e terrenos cultivados, em soutos e castinçais, nas regiões onde também estão presentes os carvalhos-negral e roble; prefere solos frescos, profundos e leves, graníticos, xistosos ou arenosos; elege solos ácidos-neutros, aparecendo muito raramente em solos de rocha calcária.
Distribuição: presente em toda a orla norte do Mediterrâneo, de Portugal ao Cáucaso.
Curiosidades: Crenças antigas diziam que para se ver se uma grávida iria ter uma menina ou um menino, lançava-se ao lume uma castanha chocha (funeco) molhada com um pouco de saliva, e se ela estalasse é porque seria menino. De todos os festejos o mais popular é o magusto. Há quem diga que, na sua origem, os magustos seriam rituais funerários.

O flamingo-rosado

O flamingo é uma das espécies mais emblemáticas da nossa fauna. A sua plumagem rosada, em conjunto com o seu porte elegante, torna esta ave muito atractiva e inconfundível.

Gonçalo Elias


HÉLDER SPÍNOLA

Apesar do seu aspecto exótico, o flamingo não é uma ave de origem alóctone.

A sua área de distribuição abrange o sul da Europa, a Ásia ocidental e a maior parte de África. Contudo, a espécie apenas se reproduz num número muito reduzido de locais, fazendo-o colonialmente. A nidificação não ocorre todos os anos, dependendo, entre outros factores, dos níveis de água, que podem ser favoráveis ou não.

O tom dominante da plumagem dos flamingos é o cor-de-rosa, sendo este tom particularmente intenso nas coberturas das asas, que apenas são visíveis em voo. Assim, é quando as aves levantam voo que a sua observação se torna mais impressionante. Alguns estudos realizados sobre a alimentação dos flamingos revelaram que a cor da plumagem está relacionada com a alimentação. Em particular, o tom rosado advém da ingestão e da metabolização de pigmentos carotenóides. Já os juvenis são acinzentados, sem nuances de rosado – estas surgem à medida que as aves passam para o estado adulto.

O flamingo é uma ave fortemente ligada ao meio aquático e por isso ocorre invariavelmente em zonas húmidas. Os habitats mais apreciados são os estuários, as salinas, as lagoas costeiras, os arrozais encharcados e também as aquaculturas. As aves alimentam-se geralmente em zonas de águas pouco profundas ou de lodos expostos, mas no caso das aquaculturas, quando a água é mais profunda, os flamingos podem, por vezes, ser vistos a nadar. Sendo uma ave gregária, o flamingo raramente surge isolado – pelo contrário, a espécie surge geralmente em bandos de várias dezenas ou mesmo centenas de aves. No estuário do Tejo, um dos locais do país onde surgem as maiores concentrações de flamingos, os bandos de flamingos formam por vezes uma linha cor-de-rosa à distância, sendo esta hoje uma visão frequente na zona de Alcochete e noutros pontos em redor do estuário.

De raro a muito comum

A aparente abundância do flamingo em Portugal é um fenómeno relativamente recente. Com efeito, e embora na primeira metade do século XX o flamingo tenha sido, ao que parece, bastante comum em certas zonas do país, a informação disponível indicia que, na década de 1970, o flamingo era considerado muito raro ou mesmo excepcional em Portugal. Foi em meados da década de 1980 que começaram a surgir os primeiros bandos de dimensão assinalável (algumas centenas) no estuário

HÉLDER SPÍNOLA

do Tejo. Em 1988, os flamingos já podiam ser vistos com regularidade ao longo de quase todo o ano, mas notava-se ainda um aumentos dos efectivos na Primavera (Maio) e no Outono (Outubro). Nos anos que se seguiram começaram a ser vistos bandos de flamingos no estuário do Sado e, progressivamente, noutras zonas húmidas do litoral sul, mas só a partir do virar do século é que a sua presença passou a ser regular na Beira Litoral. Hoje em dia, a espécie é uma presença regular na maioria das zonas húmidas costeiras a sul do Douro e pode ser vista às portas de Lisboa, na zona do chamado Parque do Tejo (no extremo norte do Parque das Nações).

O flamingo pode actualmente ser observado em Portugal ao longo de todo o ano, mas até hoje a espécie nunca se estabeleceu como nidificante no nosso país. As colónias mais próximas situam-se no sul de Espanha e de França. No caso de Espanha, existe um importante núcleo nidificante na Laguna de Fuente de Piedra (província de Málaga) e um outro em Doñana (província de Huelva), enquanto que em França a espécie nidifica na zona da Camargue.

O padrão migratório desta espécie é complexo e não é bem conhecido, mas sabe-se que uma grande parte dos indivíduos que são vistos no nosso país provém destas colónias, havendo numerosos casos de observações em Portugal envolvendo indivíduos que foram anilhados nesses locais.

Onde observar o flamingo

Actualmente esta ave rosada pode ser vista na maior parte das zonas húmidas costeiras a sul do rio Douro. Seguindo a costa de norte para sul, os locais onde a espécie é observada com mais regularidade são os seguintes:

► Ria de Aveiro – é frequente encontrar bandos nas salinas a pouca distância da cidade

► Estuário do Mondego – bandos de flamingos podem ser vistos a pequena distância nas salinas da ilha da Morraceira

► Lagoa de Óbidos – menos numerosos que nos locais anteriores, o flamingo pode ser visto junto à foz do rio Real e no braço da Barrosa

► Estuário do Tejo – reúne as maiores concentrações de flamingos em Portugal, que amiúde ultrapassam as 2000 aves.

► Estuário do Sado – a par do estuário do Tejo, é um dos locais onde as concentrações ultrapassam frequentemente o milhar de indivíduos

► Lagoa de Santo André – observam-se pequenos bandos com alguma regularidade

► Ria de Alvor – geralmente presente em números reduzidos, mas por vezes juntam-se aqui várias centenas de flamingos

► Estuário do Arade – é um dos locais mais mal documentados, mas sabe-se que os flamingos ocorrem com alguma regularidade neste local

► Lagoa dos Salgados – situada perto de Armação de Pêra, é frequentada por pequenos bandos em diferentes épocas do ano

► Ria Formosa – a zona do Ludo, perto do aeroporto de Faro, é um bom local para observar esta espécie

► Reserva de Castro Marim – reúne concentrações importantes durante todo o ano, sendo de assinalar a proximidade deste local à vizinha colónia situada nas marismas do Guadalquivir (coto de Doñana).

No interior do território, o flamingo é menos frequente mas por vezes observam-se bandos na lagoa dos Patos (Alvito) ou em açudes perto de Montemor-o-Novo.

Ficha técnica:

Nome vulgar: Flamingo
Nome científico: *Phoenicopterus roseus*
Dimensão: 120-145 cm; envergadura 140-170 cm
Descrição: caracteriza-se pela plumagem rosada; o pescoço é muito longo e as patas também longas; o bico é espesso e anguloso.
Espécies semelhantes: inconfundível; as outras espécies de flamingos não ocorrem habitualmente na Europa.
Habitat: principalmente estuários, lagoas costeiras e salinas; ocasionalmente açudes no interior do território.
Distribuição: os estuários do Tejo e do Sado e a reserva de Castro Marim reúnem habitualmente muitas centenas de flamingos; outros locais onde a espécie ocorre regularmente, em números variáveis, incluem a ria de Aveiro, o estuário do Mondego, a lagoa de Óbidos, a ria de Alvor e a ria Formosa.
Estatuto migratório: errático e dispersivo; a espécie pode ser vista em Portugal em todos os meses do ano, sabendo-se que aqui ocorrem indivíduos provenientes das colónias espanholas e francesas, mas o padrão de migração desta espécie não se encontra totalmente esclarecido.

Legislação Ambiental

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

• **DR 166 SÉRIE I de 2008-08-28**
Portaria n.º 964/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.6.1, «Desenvolvimento do Regadio», da medida n.º 1.6, «Regadio e outras infra-estruturas colectivas», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

ÁGUA

• **DR 160 SÉRIE I de 2008-08-20**
Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/M – RAM - AL
Aprova o Plano Regional da Água da Região Autónoma da Madeira

• **DR 201 SÉRIE I de 2008-10-16**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2008 - PCM
Delega no Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, com a faculdade de subdelegação, a competência para homologar as propostas de delimitação do domínio público hídrico

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

• **DR 172 SÉRIE I de 2008-09-05**
Portaria n.º 1011/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal dos Penedos, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Góis e Alvares, município de Góis (ZIF n.º 30, processo n.º 058/06-DGRF)
Portaria n.º 1012/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal Cumeadas, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Pereiro, Giões e Vaqueiros, município de Alcoutim (ZIF n.º 31, processo n.º 094/07-DGRF)

• **DR 183 SÉRIE I de 2008-09-22**
Portaria n.º 1072/2008 - MADRP
Estabelece o regime da concessão de compensações comunitárias ao escoamento dos produtos da pesca da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira

• **DR 192 SÉRIE I de 2008-10-03**
Portaria n.º 1119/2008 - MADRP
Cria áreas de refúgio de caça, até serem estabelecidas outras figuras de ordenamento cinegético, nos terrenos que integram zonas de caça municipais e cujos processos de renovação não foram concluídos atempadamente, bem como nos terrenos que não foram integrados nos processos de renovação de zonas de caça municipais a que pertenciam.

• **DR 194 SÉRIE I de 2008-10-07**
Portaria n.º 1125/2008 - MADRP
Cria na área da Direcção Regional das Florestas do Alentejo a área de refúgio de caça designada por Linhares, sita na freguesia do Couço, município de Coruche

• **DR 201 SÉRIE I de 2008-10-16**
Portaria n.º 1195/2008 - MADRP
Fixa a percentagem máxima de capturas acidentais da espécie atum rabilho capturado no Atlântico Este e Mediterrâneo

• **DR 202 SÉRIE I de 2008-10-17**
Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2008/A – RAA - PG
Cria uma reserva integral de caça na ilha de São Miguel, na qual ficam proibidas a caça de qualquer espécie e todas as actividades que, de alguma forma, perturbem o habitat das espécies a proteger

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR

• **DR 161 SÉRIE I de 2008-08-21**
Decreto-Lei n.º 165/2008 - MEI
Procede à definição das regras aplicáveis ao reconhecimento de ajustamentos tarifários anuais aplicáveis ao sector eléctrico

• **DR 165 SÉRIE I de 2008-08-27**
Lei n.º 51/2008 - AR
Estabelece a obrigatoriedade de informação relativamente à fonte de energia primária utilizada

• **DR 171 SÉRIE I de 2008-09-04**
Decreto-Lei n.º 182/2008 - MAOTDR
Estabelece o regime de implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico

• **DR 201 SÉRIE I de 2008-10-16**
Decreto-Lei n.º 205/2008 - MOPTC
Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/40/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, na parte que se refere às emissões provenientes de sistemas de ar condicionado, estabelecendo os requisitos para a homologação CE ou a homologação nacional de automóveis relativos às emissões provenientes de sistemas de ar condicionado, bem como disposições sobre a montagem à posteriori e o reenchimento desses sistemas

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• **DR 162 SÉRIE I de 2008-08-22**
Decreto-Lei n.º 166/2008 - MAOTDR
Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março

• **DR 165 SÉRIE I de 2008-08-27**
Lei n.º 46/2008 - AR
Estabelece o regime jurídico das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto
Lei n.º 48/2008 - AR
Revoga a Lei n.º 38/2006, de 17 de Agosto, que prorrogava, por um período não superior a três anos, o prazo de vigência das medidas preventivas de ocupação do solo na área prevista de localização do novo aeroporto de Lisboa, na zona da Ota, previstas no Decreto n.º 31-A/99, de 20 de Agosto
Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Paredes
Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal da Batalha, pelo prazo de dois anos

• **DR 167 SÉRIE I de 2008-08-29**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Beja, pelo prazo de dois anos

• **DR 172 SÉRIE I de 2008-09-05**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2008 - PCM
Presidência do Conselho de Ministros
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Montemor-o-Velho

• **DR 177 SÉRIE I de 2008-09-12**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2008 - PCM
Lança o Projecto do Arco Ribeirinho Sul, visando a requalificação urbanística de importantes áreas da margem sul do estuário do Tejo e contribuindo para a valorização e competitividade da área metropolitana de Lisboa

• **DR 180 SÉRIE I de 2008-09-17**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Real
Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2008 - PCM
Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Pombal

• **DR 194 SÉRIE I de 2008-10-07**
Decreto n.º 35/2008 - MADRP
Exclui do regime florestal parcial uma área de 11,5 ha, situada na freguesia da Amareleja, do concelho de Moura, pertencente ao perímetro florestal das Ferrarias, que se destina à ampliação da central fotovoltaica de Moura

• **DR 198 SÉRIE I de 2008-10-13**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Parque Empresarial da Cortiça
Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal da Covilhã, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo

• **DR 199 SÉRIE I de 2008-10-14**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Valença, pelo prazo de dois anos
Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vila Pouca de Aguiar, pelo prazo de dois anos
Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2008 – PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Aveiro, pelo prazo de dois anos
Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Lisboa, pelo prazo de dois anos

• **DR 202 SÉRIE I de 2008-10-17**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director

Legenda
AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico Sumários (http://dre.pt/)

Municipal do Fundão, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Soalheira
Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Oliveira do Bairro, pelo prazo de dois anos
Decreto n.º 49/2008 - MAOTDR
Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona a que respeita o aglomerado populacional de Aljustrel, no município de Ourém

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

• **DR 185 SÉRIE I de 2008-09-24**
Decreto-Lei n.º 189/2008 - MS
Estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo para a ordem jurídica nacional as Directivas n.os 2007/53/CE, da Comissão, de 29 de Agosto, 2007/54/CE, da Comissão, de 29 de Agosto, 2007/67/CE, da Comissão, de 22 de Novembro, 2008/14/CE, da Comissão, de 15 de Fevereiro, e 2008/42/CE, da Comissão, de 3 de Abril

RESÍDUOS

• **DR 163 SÉRIE I de 2008-08-25**
Decreto Legislativo Regional n.º 40/2008/A – RAA - AL
Aprova o regime económico, financeiro e contra-ordenacional aplicável à gestão de resíduos realizada na Região Autónoma dos Açores

OUTROS

• **DR 160 SÉRIE I de 2008-08-20**
Portaria n.º 937/2008 – PCM; MEI; MADRP
Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural

Leitura ecológica

Como Reduzir a Sua Pegada de Carbono

De: Joanna Yarrow

O planeta precisa de NÓS!
O Livro "Como Reduzir a Sua Pegada de Carbono" está repleto de centenas de conselhos para ajudar a combater o aquecimento global. Também está ilustrado com estatísticas inspiradoras acerca da quantidade de energia que poderemos poupar, organizado por tópicos-chave - do isolamento à irrigação, passando pelas bicicletas e pela reciclagem, e contém respostas imediatas acerca dos benefícios de cada sugestão para poupar energia.

Preço: 13.00 € (A este preço acresce o IVA)

O livro pode ser adquirido através do sítio: http://www.estampa.pt

internet Links

CPADA
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente foi criada em 1991, na sequência do 1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente (Viseu, 1989), e é a maior organização ambientalista do nosso País, integrando 110 ADA/ONGA (Associações de Defesa do Ambiente/Organizações Não Governamentais de Ambiente) de âmbitos Nacional, Regional e Local, de grande diversidade temática (conservação da natureza, ordenamento do território, património construído, ambiente urbano, transportes alternativos, bem estar animal, agricultura biológica, educação ambiental e actividades específicas, como espeleologia, montanhismo, escutismo e cicloturismo), espalhadas no Continente e Regiões Autónomas, que representam, no seu todo, muitas dezenas de milhar de associados.
A Confederação tem como objectivos gerais a defesa do ambiente, nas suas múltiplas vertentes, em particular através do fenómeno do associativismo.
http://www.cpada.pt

Amigos do Mindelo
A Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA) foi criada em 1992, e é a única organização não governamental de ambiente de Vila do Conde. Tem por finalidade exclusiva a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida na área da sua influência.
http://www.amigosdomindelo.pt

Conselho ambiental

Consumo sustentável e época festiva

Aproxima-se mais uma vez o momento festivo por excelência: o Natal. Ainda que tenhamos que aguardar um pouco para começar a ver as ruas, as lojas e os espaços em geral marcados pelas imagens, luzes e mensagens natalícias, nunca é demais começar já a pensar sobre como o seu Natal de 2008 pode ser mais ecológico.
O Natal tem-se tornado a época do consumo por excelência. Mais do que em qualquer outro período do ano, somos estimulados, influenciados, instigados, empurrados a comprar, comprar, comprar. Este consumo imediato e pouco reflectido provoca impactos ambientais graves, mas, pode também estar na origem de problemas económicos (endividamento excessivo).
Para que o seu Natal seja este ano mais ecológico aqui ficam alguns conselhos simples.

Antes do Natal...

► Adquira uma árvore de Natal natural em vaso, caso possa mantê-la durante o ano; uma outra hipótese é comprar uma árvore artificial (que pode ser reutilizada durante muitos anos) ou então recorra apenas a árvores vendidas com autorização (bombeiros, serviços municipais), como garantia da sustentabilidade do corte. Para os mais imaginativos, porque não construir a sua própria árvore reutilizando materiais?

► Não vá em modas e tenha cuidado na aquisição dos enfeites de Natal, para que os possa reutilizar por muitos e longos anos. Pode optar por criar os seus próprios enfeites a partir da reciclagem e reutilização de materiais.
► Pense naqueles que não têm possibilidade de oferecer prendas ou de ter uma ceia de Natal; seja solidário com as várias campanhas que habitualmente se desenrolam nesta época.
► Esta é uma época tendencialmente fria; isole bem a sua casa de modo a reduzir os gastos com o aquecimento e opte por iluminação eficiente.
► Reflicta bem sobre as prendas que vai oferecer, a quem vai oferecer e qual a sua utilidade. Privilegie produtos: duráveis e reparáveis; educativos, principalmente se estivermos a falar de prendas para os mais pequenos; inócuos em termos de substâncias perigosas; sem excesso de embalagem e úteis. Em caso de dúvida, opte pelos cheque-prenda já disponíveis em inúmeras lojas; são uma garantia de que a sua prenda irá ao encontro das expectativas de quem a recebe.
► Procure levar sacos seus para as compras ou tente utilizar o número mínimo de sacos possível.
► Adquira produtos nacionais, pois promove a economia portuguesa e reduz o impacte ambiental associado ao transporte dos produtos.
► Para a ceia de Natal comece a habituar-se a substituir o bacalhau por outra iguaria; se não consegue mesmo resistir, adquira bacalhau de média/grande dimensão; faça o mesmo em relação ao polvo (deverá ter sempre mais de 800 ou 900 gr.).

Depois do Natal...

► Guarde os laços e o papel de embrulho para que os possa utilizar noutras ocasiões; muitas embalagens, caixas de prendas, papéis de embrulho podem ser utilizados pelas crianças para fazer divertidos objectos, como máscaras, porta canetas, etc.
►Separe todas as embalagens – papel/cartão; plástico; metal – e coloque-as no ecoponto mais próximo, evitando assim os amontoados de lixo que marcam o dia de Natal.
► Depois das festas, vêm as limpezas. Procure reduzir a quantidade e perigosidade dos produtos de limpeza que utiliza. Prefira os biodegradáveis e em recargas.
► Não deite as pilhas para o lixo, coloque sempre no pilhão. As pilhas recarregáveis são uma alternativa económica e ecológica. Susana Fonseca

Caretta e os perigos desconhecidos

Um conto da natureza

escrito por
Alexandrina Pipa

Caretta é uma pequena tartaruga-marinha que nasceu há alguns meses nas praias distantes da Florida, mas que já fez uma longa viagem com muitas aventuras e histórias para contar.

Algumas são histórias de perigo e coragem, outras são histórias divertidas de encontros e desencontros no enorme Oceano.

Na sua viagem, até chegar ao oceano Atlântico, Caretta conheceu muitos animais marinhos, fez alguns amigos com quem combinou encontrar-se mais tarde noutros mares.

Naquele momento o seu único objectivo era chegar o mais rápido possível às praias da ilha da Madeira.

Para poupar alguma energia e viajar mais rápido, Caretta aproveitou a boleia de algumas correntes marinhas que foi encontrando pelo caminho e deixou-se trazer por elas enquanto descansava as suas barbatanas. Tendo em conta os enormes perigos que as tartarugas-marinhas enfrentam nas suas viagens, esta jovem tartaruga até se estava a sair muito bem: depois de se ter livrado por várias vezes de ser presa pelas muitas redes dos pescadores, depois de ter lutado com toda a sua força contra pedaços de rede que encontrou à deriva no mar e que insistiam em agarrarem-se à sua pequena e frágil carapaça e até mesmo depois das terríveis dores de barriga que sofreu daquela vez em que comeu um fio de plástico, convencida que estava a comer um peixe.

Mas hoje, Caretta, tinha um novo desafio pela frente:

Era uma manhã de Outono e Caretta recebia com agrado os primeiros raios solares do dia:

– Mais um dia de sol – pensou.

Olhou para cima e viu que havia qualquer coisa a flutuar à superfície. Aquela coisa impedia-a de ver com nitidez os raios solares a entrarem na água e Caretta tremeu de medo. Pensou que fosse um barco e ficou à espera de encontrar mais uma vez as assustadoras redes de pesca.

– Tenho que conseguir passar mais estas – pensou ela.

Afinal estava quase a chegar e não seria agora, no fim da viagem, que iria desistir do seu objectivo. Parou de nadar e esperou sentir as redes de pesca nas suas barbatanas. Aguardou alguns instantes e... Nada, não sentiu nada. Por isso começou a duvidar daquilo que tinha visto.

– Talvez me tenha enganado!

Olhou novamente para cima e, desta vez, a mancha que tinha visto parecia agora dividida em pequenas outras manchas. O que via dali, de onde estava, fazia agora lembrar-lhe pequenos cardumes de peixes. Fechou os olhos e abriu-os novamente.

– O que é aquilo? – perguntou para si mesma – Será comida? Vou ver o que é... – decidiu ela e avançou para águas menos profundas na esperança de encontrar qualquer coisa que se comesse.

Agora conseguia ver perfeitamente coisas com cores e formas diferentes umas das outras. Onde teria sido que viu qualquer coisa parecida com aquilo? Ficou um pouco a olhar para o que via; ora lhe parecia o casco de um barco, ora lhe parecia um animal estranho que se mexia de um lado para o outro. Achou piada e foi então que se lembrou da grande dor de barriga que tinha tido quando comeu o pedaço de fio de plástico, era isso, aquilo que via era parecido com o que tinha visto no local onde comeu aquela coisa horrível.

– Bahh! Vou mas é embora! – disse ela em voz alta e começou a agitar as barbatanas para seguir viagem. Foi então que:

– É lá! O que é isto agora? À sua frente estava algo quase transparente que abria e fechava em sintonia com o movimento das águas; parecia mesmo um ser vivo.

– Será comida?

Aquele ser estranho e desconhecido parecia dançar mesmo à sua frente.

– Vai ser fácil! – pensou. E num impulso esticou o pescoço e zás!, foi uma dentada certeira.

Aquilo era maior do que lhe tinha parecido, Caretta mordeu com força e puxou ao mesmo tempo que abanava a cabeça de um lado para o outro, conseguiu arrancar um grande pedaço e tentou engolir.

GABRIEL LAGARTO

Assim que tentou engolir aquilo que parecia ser a sua refeição, arrependeu-se do que tinha feito: aquela coisa ficou-lhe atravessada na garganta e agora não a conseguia engolir, mas também já não a conseguia deitá-la fora; nem sequer conseguia respirar, estava aflita e nadou desorientada sem saber para onde se dirigia; estava apenas a tentar fugir de uma coisa que já estava na sua garganta. Deixou que algumas lágrimas lhe saíssem dos olhos, tudo à sua volta estava agora a ficar escuro e turvo. Já não conseguia ver nem pensar com nitidez e faltavam-lhe forças para nadar.

Caretta, fechou os olhos, deixou de ver, de sentir e de respirar. Deixou de lutar e entregou-se à força das correntes marinhas.

Passados alguns dias, o Pedro encontrou na praia uma tartaruga morta. Ficou muito triste por encontrar mais um animal morto na praia. Aquela não era a primeira vez que isto acontecia. Pedro ficava ainda muito mais triste quando pensava que cada animal que encontrava morto era mais um que não tinha conseguido chegar ao fim da sua viagem.

Pedro apressou-se a levar a pequena tartaruga até às instalações da Reserva Natural que ficava perto do sítio onde mora.

Quando chegou às instalações, encontrou dois vigilantes da Natureza e, ao mesmo tempo que se dirigia a eles, esticou as suas mãos abertas em forma de concha com a pequena tartaruga morta, explicando aos vigilantes onde a tinha encontrado. Os dois vigilantes olharam em silêncio para ele, pegaram no corpo da pequena tartaruga e levaram-na para um gabinete. Colocaram-na em cima de uma bancada e começaram a analisá-la esperando encontrar alguma ferida. Depois um deles abriu-lhe a boca e disse:

– Cá está! – e largou por instantes o corpo da tartaruga em cima de uma mesa, saiu da sala e entrou no pequeno laboratório da Reserva.

Não demorou nada até aparecer de novo junto do cadáver da pequena tartaruga, trazendo uma pinça na mão. Abriu de novo a boca do pequeno animal e com a pinça retirou qualquer coisa lá de dentro:

– Foi isto! – exclamou, chateado, enquanto pegava com a mão naquilo que tinha tirado da boca da tartaruga e tentava agora perceber o que era . Quando desenrolou o causador da morte o vigilante mostrou ao Pedro.

– Um saco de plástico!? – exclamou o Pedro surpreendido.

– Um pedaço de um saco de plástico! – corrigiu o vigilante – e acrescentou:

– Estas coisas acontecem com muitos animais marinhos que confundem com comida os sacos de plástico e outros lixos que as pessoas deitam fora. Por vezes são encontrados cachalotes e outros animais marinhos mortos e, quando os abrimos para os analisar, encontramos imensos plásticos nos seus estômagos.

O vigilante explicou ainda ao Pedro que os plásticos são uma grande ameaça para os seres vivos, pois para além de poderem ser confundidos com comida, alguns sacos de plástico podem levar cerca de 100 anos a degradar-se e até lá continuarão a ser um perigo enorme para os seres vivos que se cruzam com eles.

O Pedro ficou muito preocupado quando um dos vigilantes lhe contou que havia no mar, no Oceano Pacífico, duas grandes ilhas feita de plásticos e de outros lixos difíceis de degradar.

– Todos os plásticos que são deitados fora pelas pessoas, acabam por ir parar ao mar e daí são levados pelas correntes marinhas até àquilo a que muita gente já chama "continente dos plásticos".

– Como vês, enquanto os homens continuarem a deitar plásticos fora continuarão a morrer animais marinhos por causa disso - acrescentou o outro vigilante da Natureza.

Pedro não teve coragem para ficar nem mais um minuto, deixou o corpo da pequena tartaruga que tinha trazido, saiu das instalações da Reserva e dirigiu-se para a praia.

Quando chegou à praia, sentou-se na areia e ficou ali, sentado a olhar o mar e a tentar imaginar como teria sido a vida daquela pequena tartaruga. Pensou também no quanto ela teria sofrido com aquele plástico a tapar-lhe a respiração.

– Quantas mais mortes o homem terá que provocar até perceber o mal que está a fazer? – perguntou Pedro a si próprio, revoltado, antes de apoiar a cabeça nos seus braços cruzados sobre os joelhos e ficar simplesmente a ouvir o som do mar.

E foi assim a história da curta vida de uma pequena tartaruga chamada Caretta, uma viagem interrompida, uma missão por cumprir e uma vida perdida.

Veríssimo Borges

O desaparecimento físico de Veríssimo Borges, no passado dia 8 de Outubro, criou grande consternação no interior da Quercus. Apesar do agravamento do seu estado de saúde ao longo do último ano, manteve até ao último momento o seu espírito de abnegação e voluntariado pela causa ambiental que nos habituou ao longo de muitos anos. Veríssimo Borges foi sem dúvida um dos mais activos dirigentes da Quercus e, no contexto açoriano, uma das vozes mais insistentes na defesa dos valores ambientais. O seu esforço, empenho e dedicação resultaram num extenso trabalho de grande relevância para o ambiente e para os fins da Associação que ele também dirigiu ao longo de muito tempo. Em reconhecimento e agradecimento pelo exemplo de abnegação e voluntariado na procura e defesa de um mundo com um ambiente melhor para todos, a Direcção Nacional e o Conselho de Representantes da Quercus aprovaram por unanimidade no passado dia 1 de Outubro um voto de louvor a Veríssimo Borges.
A memória de Veríssimo Borges fica na memória e na história da Quercus.
Até sempre amigo Veríssimo.

A Direcção Nacional
Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza

Voto Louvor DN
A Direcção Nacional da Quercus, em deliberação do dia 1 de Outubro de 2008, decidiu por unanimidade, atribuir um voto de louvor e um agradecimento especial ao sócio e dirigente de longos anos do Núcleo de S.Miguel, Veríssimo Borges, por todo o seu esforço, empenho e dedicação que tem resultado num extenso trabalho de grande relevância para o ambiente e para os fins da Associação.
A Direcção Nacional tem recebido das estruturas da Quercus várias mensagens de agradecimento e reconhecimento ao sócio e amigo Veríssimo, as quais revelam a marca positiva que tem deixado na Associação e junto daqueles que o conhecem há muito tempo ou apenas desde os últimos anos.
Os membros da Direcção Nacional aproveitam também para deixar o seu mais profundo agradecimento ao Veríssimo pelo exemplo que nos dá de empenho, abnegação e voluntariado na procura e defesa de um mundo com um ambiente melhor para todos.
Lisboa, 1 de Outubro de 2008
A Direcção Nacional

Voto Louvor CR
O Conselho de Representantes da Quercus, em deliberação do dia 1 de Outubro de 2008, decidiu por unanimidade, atribuir um voto de louvor ao sócio e ex-Presidente do Núcleo de S.Miguel, Veríssimo de Freitas da Silva Borges.
Este voto vem distinguir um colega e amigo que, de modo esforçado e persistente, tem vindo ao longo dos anos a lutar em prol da causa ambiental, fomentando o espírito construtivo e prestando serviços relevantes à nossa Associação.
O membros do Conselho de Representantes aproveitam também nesta data para deixar o seu mais profundo agradecimento ao Veríssimo por tudo aquilo que ele nos tem vindo a ensinar em prol de valores tão importantes como a honra, a ética, o respeito e a perseverança.
Lisboa, 1 de Outubro de 2008
O Conselho de Representantes,

LISTAS DE DISCUSSÃO TEMÁTICAS PARA SÓCIOS

INSCREVA-SE
No sentido de possibilitar a troca de informações e pontos de vista sobre diversas áreas e tendo em consideração que nem todos os sócios têm o mesmo tipo de interesses nem a mesma disponibilidade para receber emails, foi recentemente criado um conjunto de listas de discussão temáticas. Presentemente existem apenas três, mas outras poderão ser criadas, sendo que nessa altura serão comunicadas as instruções para quem se quiser inscrever.
Cada lista temática tem um moderador, devendo o pedido de inscrição ou qualquer outro pedido de natureza semelhante ser dirigido para o seu correio electrónico de contacto. Cada sócio poderá inscrever-se apenas numa ou em todas as listas temáticas indicando o seu nome completo e número de sócio a cada um dos moderadores.

LISTAS DISPONÍVEIS:

listadiscussaointerna@quercusancn.pt
Moderador: Francisco Ferreira – franciscoferreira@quercus.pt

listaenergiaclima@quercusancn.pt
Moderador: Francisco Ferreira – franciscoferreira@quercus.pt

listaquimicos@quercusancn.pt
Moderador: Susana Fonseca – susanafonseca@quercusancn.pt

Mais Notícias com a nova "newsletter" da Quercus-ANCN

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado já há algum tempo o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

Pagamento de Quotas

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento de quotas em atraso.
O pagamento pode ser efectuado em cheque ou vale postal ou ainda por transferência bancária (neste caso contacte primeiro a Gestão de Sócios para mais informações). Mais se informa que em 2008 as quotas manterão o mesmo valor de 2007.
Para qualquer esclarecimento contactar:
***Gestão de Sócios através do e-mail**: gestaosocios@quercus.pt*

Mecenas:

Apoio:

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Estado Sócio / Núcleo / Data

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura
QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS Recebido – núcleo / CEA / etc. Receptor da Inscrição

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação de Conservação da Natureza
Morada: Centro Associativo do Calhau • Bairro do Calhau • 1500-045 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente: jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt
Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes
Colaboraram neste número: Alexandrina Pipa; Aline Delgado; Ana André; Ana Cristina Costa; Ana Margarida Guerreiro; Andreia Gama; Carmen Lima; CIR – Centro de Informação de Resíduos; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Gonçalo Elias; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; José Paulo Martins; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional de Setúbal da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Paulo Lucas; Sandra Oliveira; Sara Campos; Sofia Vilarigues; Susana Fonseca; Vanda Marques; Zoomarine.
Fotos capa: Mário Quaresma (MQ); Sofia Vilarigues (SV), Hélder Spínola (HS)
Fotos: Ana André; Domingos Patacho; Ecocasa; Gabriel Lagarto; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; Jan Roger Johannesen; José Grillo; José Pedro Pinto; Luís Avelar; Luís Ferreira; Luís Galrão; Luís Moreira; L. Fernandes; Mário Quaresma; Martin Lundgreen; Nuno Sequeira; Paulo Lucas; Ricardo Calhau; Sofia Vilarigues; www.amcpn.com; Zoomarine.
Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10 000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Errata
O autor das fotografias que ilustraram o artigo "Libélulas - Situação da odonatofauna em Portugal", da página 6 e 7 do Quercus Ambiente 31, é Albano Soares e não Alano Soares como foi referido. Por essa situação pedimos desculpa ao autor.

Damos
Novos Mundos
à Saúde
Em termos **genéricos**, somos **Portugueses**.

Empresa certificada em
Segurança, **Qualidade** e **Ambiente**

TÜV SÜD ISO 9001
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS NP EN ISO 14001 SGS
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS OHSAS 18001 SGS

Fresenius Kabi
Caring for Life

LINHA DIRECTA LABESFAL GENÉRICOS 918 643 285

LABESFAL - LABORATÓRIOS ALMIRO, SA - Santiago de Besteiros - 3465-157 - Campo de Besteiros - PORTUGAL
Tel.: +351 232 83 11 00 • Fax: +351 232 83 11 12 • genericos@labesfal.pt
Capital Social: 46.500.000,00 - Matriculada na Conc. do Reg. Com. de Tondela sob o nº 212 - Contribuinte nº 509 189 580

www.labesfalgenericos.pt

LABESFAL
GENÉRICOS
Pela Nossa Saúde